



PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

TERRITÓRIO DOS QUILOMBOLAS DE NOVA BETEL (PARÁ): CONFLITOS TERRITORIAIS COM NORSK HYDRO E BIOPALMA VALE



BELÉM Julho/2021

COORDENAÇÃO

ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN – NAEA/UFPA/PNCSA

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Rosa Elizabeth Acevedo Marin Elielson Pereira da Silva

COLABORAÇÃO NO TRABALHO DE CAMPO

Cloves Matias Chermont

COLABORAÇÃO

Cartografia: Guilherme Teles

FOTOGRAFIA

Elielson Pereira da Silva Rosa Elizabeth Acevedo Marin

FOTOS DA CAPA:

Rosa Elizabeth Acevedo Marin e Elielson Pereira da Silva (trabalho de campo, 2019).

Catalogação na Fonte

Território dos Quilombolas de Nova Betel (Pará): conflitos com HYDRO NORSK E BIOPALMA VALE. — Belém: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; UFPA/NAEA, 2021.

52.p

1. Quilombolas – Amazônia – Tomé Açu/Quatro Bocas. 2. Quilombolas – Amazônia – Nova Betel (Quatro Bocas) – Direitos. 3. Quilombolas – Amazônia – Nova Betel (Quatro Bocas) – Direitos Territoriais. I. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. II. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. III. ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth.

LISTA DE SIGLAS

AMAQCNB - Associação de Moradores Agricultores e Quilombolas da Comunidade

BIOPALMA – Biopalma da Amazônia, Reflorestamento, Indústria e Comércio S.A

BIOVALE – Consórcio entre Biopalma e Vale S.A

BBF - Brasil Biofuels

Nova Betel

CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará

ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Estado do Pará

FCP - Fundação Cultural Palmares

NORSK HYDRO BRASIL LTDA

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEC - Instituto Evandro Chagas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPF - Ministério Público Federal

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

NORSK HYDRO – Norsk Hydro Brasil Ltda

PPGD - Programa de Pós-Graduação em Direito

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasil.

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UFPA – Universidade Federal do Pará

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sede da CAMTA, Quatro Bocas, Tomé-Açu; Figura 2 - Vila Socorro,	
	10
Figura 3 - Igreja pentecostal na Vila Socorro; Figura 4 - Condições precárias de	
	10
Figura 5 – Caixa d'água e dendezal na Vila Nova Betel; Figura 6 – Dendezais da	
	12
Figura 7 – moradias cercadas por dendezais na Vila Socorro, entrada do Ramal o	de
Nova Betel; Figura 8 - Placa indicativa do início do território quilombola de Nova	a
	12
Figura 9 – Igreja e moradias em Nova Betel; Figura 10 – Moradia e caixa d'água	
	12
Figura 11 - residência cercada por um pequeno pomar na Vila Nova Betel; Figur	a
	13
Figura 13 - morador de Nova Betel circulando de bicicleta na vila; Figura 14 -	
Placa de venda de açaí em Nova Betel	13
-	18
Figura 16 - Diagrama de unidades familiares (predomínio de parentesco)	18
Figura 17- Microrregiões do Nordeste do Pará, Brasil	26
Figura 18 - Malha viária municipal e configuração espacial das vilas abrangidas	
pela pesquisa de Carvalho (2016, p. 73)	27
Figura 19 - Mapa de localização da PA-256, que interliga a Rodovia Federal BR-	
010 (Belém-Brasília) à Rodovia Estadual PA-150	28
Figura 20 - Representação cartográfica do território quilombola de Nova Betel	37
Figura 21 - Igarapé Itabocal - aspectos de destruição; Figura 22- Morte da	
vegetação no igarapé Itabocal	38
Figura 23 - Linha de transmissão da Norsk Hydro; Figura 24 - Interrupção do	
fluxo natural do Igarapé	38
Figura 25 - Represamento do igarapé Itabocal; Figura 26 - Danos causados pelo	
fluxo intenso de caminhões carregados de cachos de dendê da Biopalma	39
Figura 27- Vista de cratera na lateral do ramal de acesso a Nova Betel; Figura 28	; -
Tubulação usada para circulação da água do Igarapé Itabocal	39
Figura 29- Intrusamento do consórcio Vale/Biopalma no território quilombola de	<u>.</u>
Nova Betel	4 0

É ir atrás dos nossos direitos. Tem gente que até pensa que a gente tá pedindo muito! Entendeu? É o nosso direito. Tudo que eu peço é o nosso direito. E o prejuízo que eles deixaram para nós, eles destruíram nosso futuro.

Cloves Matias Chermont (Nova Betel, junho/2019)

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório intitulado **TERRITÓRIO DOS QUILOMBOLAS DE NOVA BETEL (PARÁ): CONFLITOS TERRITORIAIS COM HYDRO NORSK E BIOPALMA VALE¹** constitui-se em trabalho preliminar direcionado à Associação de Moradores Agricultores e Quilombolas da Comunidade -Nova ·Betel, (AMAQCNB) Distrito de Quatro Bocas, Tomé Açu/PA² que está mobilizada para reivindicar direitos junto ao Estado Brasileiro e suas instituições, e que enfaticamente afirmaram no primeiro encontro com os pesquisadores, em 2019:

É ir atrás dos nossos direitos. Tem gente que até pensa que a gente tá pedindo muito! Entendeu? É o nosso direito. Tudo que eu peço é o nosso direito. E o prejuízo que eles deixaram para nós, eles destruíram nosso futuro. (Cloves Matias Chermont, 2019).

As mobilizações internas para organização social do grupo tiveram como resultado a criação da Associação de Moradores de Nova Betel em 28 de novembro de 2010. O anseio da coletividade e a decisão de autoidentificação quilombola foi concretizada em assembleia de 06 de dezembro de 2015 quando assessorados pelo "representante da Fundação Cultural Palmares, Sr. Rogerio Rodrigues Nascimento, que falou sobre política pública federal e especialmente sobre certificação". Na ata lavrada houve alteração para Associação de Moradores e Agricultores Quilombolas de Nova Betel. Nesses primeiros debates internos, reuniões convergiram para o autorreconhecimento como quilombolas e para a solicitação da Certidão de Autodefinição junto à Fundação Cultural Palmares³.

A Associação de Moradores, Agricultores e Quilombolas da Comunidade Nova Betel – AMAQCNB entrou com requerimento de regularização fundiária junto ao INCRA visando a titulação coletiva do seu território, com base no art. 68 ADCT CF/68 e decreto 4887, de 20 de novembro de 2003. A estratégia de reconhecimento de

¹ A primeira versão foi redigida em setembro de 2019. A expectativa dos pesquisadores era de realizar novo trabalho de campo para completar e fazer novas entrevistas, o que foi inviabilizado pela agenda dos pesquisadores. A retomada é feita em junho de 2021, considerando questões prementes da comunidade quilombola de Nova Betel e a disposição é de aprofundar a situação etnográfica.

² Associação de Moradores Agricultores e Quilombolas da Comunidade Nova Betel — AMAQCNB. CNPJ 13.030.781/0001-09.

³ A comunidade quilombola Nova Betel teve a abertura do processo Nº 01420.016179/2015-23 com data de 29/12/2015 e a expedição da Certificado de Reconhecimento da Fundação Cultural Palmares é datada de 03 de março de 2016 (ver anexo 2).

direitos territoriais⁴ tramita perante este órgão registrado sob a numeração 54100.000012/2017-91.

No relativo às sucessivas violações de direitos praticadas pelas empresas NORK HYDRO e BIOVALE, demandou-se a intervenção no Ministério Público Federal que instaurou o Inquérito Civil Nº 1.23.000.002180/2018-41 em 29/08/2018, no qual estão registradas como denúncias:

a) TRANSPOSIÇÃO DO LINHÃO DE ENERGIA DO MINERODUTO DA EMPRESA HYDRO POR DENTRO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

A empresa Hydro para fins de suprir suas necessidades energéticas do mineroduto, que também passa pelas terras da comunidade, da cidade de

Paragominas até Barcarena, realizou a instalação de linhão de energia sem dar a devida ciência nem consultas aos moradores da área e muito menos à comunidade tradicional Nova Betel.

b) AÇOREAMENTO DOS RIOS EM VISTA DE ESCAVAÇÕES DE MANUTENÇÃO DOMINERODUTO

A comunidade também tem sido prejudicada no momento em que o nível dos rios e igarapés da região tem tido sua capacidade reduzida em virtude do açoreamento (sic) provocado pelas escavações de manutenção do mineroduto, fato este que vem acarretando escassez de alimento nos rios afetando a comunidade diretamente em sua subsistência.

c) PÉSSIMAS CONDIÇÕES DAS ESTRADAS DE ACESSO À COMUNIDADE EM VIRTUDE DO INTENSO TRÁFEGO DE CAMINHÕES DE GRANDE PORTE DA EMPRESA BIOPALMA.

Não bastasse os prejuízos acarretados nos rios e na impossibilidade de utilização das áreas onde passam o linhão e o mineroduto já citados, a comunidade também é prejudicada no acesso de suas estradas uma vez que a empresa BIOPALMA utiliza intensamente das vias de acesso a comunidade para escoamento de sua produção de dendê em caminhões articulados com até três vagões. A comunidade tem plena ciência de que a conservação das estradas é competência do poder público municipal no entanto em vista ao grande fluxo de veículos de grande porte de tal empresa verifica-se o nexo causal entre a "destruição" das vias, não podendo o poder público dispendiar recursos públicos em favorecimento de atividades econômicas privadas, principalmente as atividades da empresa Biopalma que são nitidamente predatórios.

d) POLUIÇÃO POR DIVERSOS REAGENTES QUÍMICOS UTILIZADOS PELA BIOPALMA, BEM COMO PROLIFERAÇÃO EM EXCESSO DE INSETOS.

Não bastassem todos os males já citados acima a comunidade tem sofrido com reagentes químicos que têm sido utilizados pela empresa Biopalma no combate as pragas que atacam as plantações de dendê, que são lançados bem próximos às residências e rios da comunidade. Tal aplicação de reagentes químicos tem afetado a vida da comunidade diretamente pois tem ocasionado casos de alergia em várias pessoas da comunidade causando coceira em crianças e adultos.

Em virtude de tal utilização de utilização de reagentes químicos as pragas que antes atacavam as plantações de dendê da empresa BIOPALMA, agora atacam as casas e produções da agricultura familiar dos moradores da Comunidade Quilombola Nova Betel, tais como besouro, mosquitos entre outras pragas.

e) ACIRRAMENTO DOS CONFLITOS FUNDIARIOS NA REGIÃO

Por fim cabe informar a V.Exc. que os conflitos fundiários têm se acirrado na região tendo em vista a expansão irregular da empresa BIOPALMA, em decorrência da redução do espaço utilizável pela comunidade na área em virtude do mineroduto e do linhão, em virtude de invasores forasteiros que tem chegado a região no intuito de

⁴ No dia 28/12/2016 foi protocolado o Requerimento para abertura do procedimento de Reconhecimento e titulação e deu entrada no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da SR-O1 no dia 12 de janeiro de 2017.

servirem a empresa BIOPALMA , dentre outras situações a serem esclarecidas em melhor momento.

Em 2018, mediante o Ofício Nº 5422/2018 - GABPR3-FMPS da Procuradoria da República no Pará, datado de 28 de setembro de 2018 (Anexo 1) e dirigido nominalmente à pesquisadora do PNCSA - Rosa E. Acevedo Marin realizou-se a demanda de informações com o teor abaixo.

Ao cumprimentá-la, informo que tramita nesta Procuradoria da República o inquérito civil referenciado, que trata de denúncias feita pela Associação de Moradores Agricultores e Quilombolas da Comunidade -Nova ·Betel, Distrito de Quatro Bocas, Tomé Açu/PA, de que estão tendo seus direitos violados em decorrência das atividades das empresas HYDRO e BIOPALMA 'dentro do seu território. Considerando a relevante contribuição do PNCSA junto às Comunidades Quilombolas, solicitamos informações sobre eventuais trabalhos realizados sobre a referida CQ Nova Betel

Como resposta foi informado que não haviam sido feitos trabalhos de pesquisa na comunidade quilombola Nova Betel e havia disposição de contribuir. Enquanto isso a Procuradoria agenciou o trabalho de um perito daquela unidade do MPF. .

No intervalo entre o recebimento desse ofício e a ida até a comunidade foi feito um contato breve com o Secretário da AMAQCNB durante as reuniões convocadas pela Procuradoria para abordar questões legais do Mineroduto da Norsk Hydro e que foram objeto do Inquérito Civil nº 1.23.000.002747/2016-18. Durante as audiências – realizadas em Belém e duas em Jambuaçu – houve participação de funcionários e consultores da empresa Norsk Hydro (advogados, engenheiros, sociólogo) para abordar as questões do licenciamento dessa obra, motivo pelo qual estavam presentes técnicos da SEMAS, do INCRA e a MALUNGU⁵, no campo das organizações quilombolas⁶. Durante as

-

⁵ Na audiência do dia 27 de maio de 2019 registra-se: Presentes: MPF - Procurador da República Felipe de Moura Palha e Silva, Assessoria Pericial Paulo Ramos e assessoria do gabinete do Procurador Roselene Silva; HYDRO - José Haroldo Chaves, Fádwa Andrade e Lucas Vidotti Gomes; Empresa contratada pela Hydro "HUMANA" - Bruno Gomes; UFPA/PNCSA - Profa. Rosa Elizabeth Acevedo Marin; SEMAS - Hyede de Souza Marinho; MALUNGU - Aurelio Borges; REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES: São Bernardino, Nsa. Sra. das Graças, São Manoel, Centro Ouro, Jacunday, Vila Nova, Santana do Baixo, Santa Luzia do Tracuateua, Santo Cristo, Santa Luzia do Poacê, Santa Maria do Tracuateua, São Sebastião, Conceição do Mirindeua, Santa Maria do Mirindeua; Bambaê e Casa Familiar Rural; AUSENTES: Representantes da Associação Oxossis da Ribeira e Fundação Cultural Palmares (ausente justificadamente). Como participante Rosa Acevedo Marin fez observações do clima tenso e os gestos autoritários da Norsk Hydro e o predomínio de posições de negociação e soluções em curto prazo.

⁶ Houve convite dirigido a Rosa Elizabeth Acevedo Marin para participar destas reuniões e apresentar a concepção do Território Quilombola de Jambuaçu. Entendia o Procurador a necessidade de elaboração de um memorial abordando a unicidade do território quilombola do Jambuaçu, com essa finalidade foi redigido o texto: "Território etnicamente configurado de Jambuaçu, Moju" (56 páginas) contendo elementos teórico-empíricos. Para somar a este debate foi convidada na audiência de julho/2018 a Profa. Dra. Ana D'Arc Azevedo (Universidade do Estado do Pará) e o Helton Andreata, mestrando do INEAF.

audiências foi marcante a presença e posicionamento dos dirigentes das associações e da Coordenação das Associações dos Quilombolas de Jambuaçu — BAMBAÊ, organizadas no território quilombola de Jambuaçu que ao longo de décadas enfrentam as empresas que instalaram os cultivos de dendê (REASA, MARBORGES) os minerodutos e a linha de transmissão que cortaram o território. As empresas são a Pará Pigmentos, Imerys Rio Capim Caulim, Vale do Rio Doce, está última sucedida pela Norsk Norsk (ACEVEDO MARIN e ALMEIDA, 2007, ACEVEDO MARIN, 2010, 2019; PEREIRA, 2008; FONSECA, A. 2010; FONSECA, 2011).

Nas reuniões com a Norsk Hydro foi sublinhado pelo Procurador Dr. Felipe Palha que os quilombolas de Nova Betel eram peça muito importante e não podiam ficar longe dessas negociações. A participação junto com os quilombolas do território de Jambuaçu permitiria saber o que estava sendo negociado entre a Norsk Hydro e os Quilombolas de Jambuaçu, e por extensão as negociações com Nova Betel.

Transcorridos alguns meses o contato foi travado diretamente com liderança da Associação de Moradores Agricultores e Quilombolas da Comunidade -Nova ·Betel, Distrito de Quatro Bocas, Tomé Açu/PA que reiterou a informação sobre o trabalho de peritagem a raiz do inquérito aberto na Procuradoria da República. O perito elaborou os primeiros mapas e breve relatório sobre as situações de ameaças do território pelas atividades das empresas Norsk Hydro e Biopalma.

No relativo aos pesquisadores do PNCSA o agendamento da primeira viagem à comunidade foi marcado para o dia 2 de junho de 2019, tendo sido concretizado com aproveitamento. Este Relatório está referido a observações de campo, desde o encontro com Cloves Matias Chermont que dirigindo uma moto veio ao encontro dos pesquisadores na cidade de Quatro Bocas. É descrito pormenorizadamente o *survey* realizado, e posteriores levantamento de informações no Ministério Público Federal, INCRA, SEMAS.

Brevemente indica-se o trajeto de Belém até chegar a Nova Betel. Saindo de carro da capital do Estado trafegando pela rodovia Belém -Brasília, segue-se a direção da Alça Viária (Rodovia Estadual PA-483), adentrando-se em seguida no km 44 da Rodovia Estadual Perna Sul até o cruzamento com a PA 252 que liga o Moju ao Acará e à PA 140. Segue nessa via até a cidade de Tomé-Açu, quando se bifurca para a PA-483 rumo a cidade de Quatro Bocas. O trajeto percorre os municípios de Acará, Concórdia do Pará e Tomé-Açu . Precisamente, em Quatro Bocas, do lado da agência do Banco do Brasil, tomamos a estrada de piçarra denominada

Transbiovale que se abre a partir do prédio do Banco do Brasil, (este foi o local combinado para o encontro com Cloves Chermont) a partir dali seguimos por uma estrada não asfaltada por aproximadamente 25 km até chegar à Vila Betel, como é conhecida.

Figura 1 - Sede da CAMTA, Quatro Bocas, Tomé-Açu; Figura 2 - Vila Socorro, Tomé-Açu





Figura 3 - Igreja pentecostal na Vila Socorro; Figura 4 - Condições precárias de trafegabilidade da "Transbiovale"





Nesse trajeto encontram-se as "vilas" conforme a designação local, a primeira registrada foi São Raimundo. Passando essa vila foi apontado o dendezal de um japonês localizado a frente da fazenda da Biopalma. Ao longo da viagem indicavam-se os donos dos plantios... (César tem nove anos que planta dendê) e os nomes dos rios e pontes. Depois do rio Mariquita foi indicada a Vila Socorro. Entra-se no ramal de Novo Betel e atravessa-se a ponte sobre o igarapé Tira Saia. Estava sendo indicado como marca do território quilombola de Nova Betel um ponto entre o igarapé Tabocal e o igarapé Tira Saia. A informação confirmava que os plantios da Biopalma haviam começado há nove anos e indicaram as linhas do plantio que fechavam o território quilombola.

No transcurso da manhã e parte da tarde realizamos uma reunião com 11 pessoas a qual foi presidida pelo sr. Anisio Matias Chermont presidente da Associação – e por Cloves Matias Chermont, Secretário e professor da escola de Nova Betel. Sumariamente na primeira fala do senhor Anísio indicou as situações de tensão, tanto as antigas quanto as recentes, experimentadas primeiro; seguiu-se o intrusamento do mineroduto de transporte de minério da Companhia Vale (atualmente da Norsk Hydro) e da Imerys Capim Caulim; segundo, diferentes avanços dos compradores de terra e em seguida com a entrada no território quilombola da plantation de dendê da Biopalma. Progressivamente as relações sociais e políticas entre quilombolas, agricultores que plantam dendê e a empresa Biopalma que se revelam ambíguas pela capacidade e habilidade de produzir-se nos espaços relacionais⁷ tensões, conflitos sociais e estratégias. A infraestrutura de transporte de mineiro é complementada com o Linhão de Transmissão. Por último, estão definidas como tensão mais recente, empreendimento da empresa ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará sobre o território quilombola Nova Betel, e a construção da Ferrovia Paraense, que cortarão o território.

No entrecruzamento desses eventos narraram⁸ as histórias individuais nas quais foram mencionados os deslocamentos até a chegada "neste mato"; as pressões dos "compradores" de terra sobre as áreas cultivadas; as privações de direito; os deslocamentos para trabalho e estudo, especificamente para Tomé-Açu.

No período da tarde desse dia foi dedicado a georreferenciar os pontos indicados como mais importantes: passagem do mineroduto; pontos nos quais a Hydro faz medição para verificar a existência ou não de vazamento; a fronteira entre dendezal e comunidade; os igarapés (Tabocal, Mariquita, Tira-Saia, Arapiranga) e os rios (Marapaúba, Mariquita); a escola de Nova Betel; os pontos observados de contaminação, os igarapés mortos. A descrição desses pontos encontra-se em anexo e com base neles procedeu-se a elaborar o mapa preliminar que foi objeto de análise

-

⁷ Puerta Silva (2010, p. 159) elabora a noção de "espaço relacional" na qual observa que "cada um dos atores toma sua posição em função dos seus próprios recursos e objetivos, afrontando as condições externas mediante múltiplas estratégias práticas e discursivas. Estratégias que se fundamentaram e se argumentaram desde as visões que cada um dos atores mobilizou com relação as suas construções sobre o lugar que cada um 'tem' ou "deveria idealmente ter no mundo, na Nação... no projeto, assim como também desde suas ideias sobre como deveria ser o futuro, isto é, sobre como todos denominam "a secas", de desenvolvimento próprio/autônomo".

⁸ A reunião foi integralmente gravada e transcrita e constitui o material de primeira mão deste Relatório.

e complementação pelos quilombolas⁹.

Figura 5 – Caixa d'água e dendezal na Vila Nova Betel; Figura 6 – Dendezais da Biopalma (atual Brasil Biofuels)





Figura 7 — moradias cercadas por dendezais na Vila Socorro, entrada do Ramal de Nova Betel; Figura 8 - Placa indicativa do início do território quilombola de Nova Betel





Figura 9 – Igreja e moradias em Nova Betel; Figura 10 – Moradia e caixa d'água (ao fundo)





⁹ Este Relatório apresenta o mapa elaborado com base no georreferenciamento de e fotografias.

Figura 11 - residência cercada por um pequeno pomar na Vila Nova Betel; Figura 12 - casa de alvenaria em construção na Vila Nova Betel





Figura 13 - morador de Nova Betel circulando de bicicleta na vila; Figura 14 - Placa de venda de açaí em Nova Betel





Nesse levantamento dos pesquisadores no interior do quilombo, guiados por Cloves Matias Chermont, procederam a fotografar pessoas, objetos, paisagens. Pode afirmar-se que a fotografia resulta do encontro fortuito (involuntário) com gestos das pessoas, com os objetos (torres, poços, caixa d'água, animais). Notadamente os objetivos do trabalho de campo são definidos e afunilados na medida em que as relações sociais de pesquisa se estreitam com os agentes sociais. Dessa forma os olhares, as trocas e as conversas fluem e se desenvolvem com maior confiança e desenvoltura.

Retoma-se aqui o detalhe do contato com a liderança de Nova Betel e o estabelecimento do primeiro. No início da reunião de 02 de junho na Escola de Nova Betel a primeira informação telefônica foi sobre como obter o telefone do Cloves Chermont que a Procuradoria indicou. Isto pelo fato acordado pelos pesquisadores ir a Nova Betel em maio ou junho de 2019. A assessora do MPF, senhora Roselene Silva, advogada e assessora da Procuradoria da República quem indicou o telefone

de Cloves Chermont. Mediante o contato telefônico foram solicitadas para chegar em Nova Betel, partindo de Quatro Bocas. No dia 30 de maio se fez a ligação para Cloves Chermont e comunicou-se o motivo da visita em Nova Betel no domingo, 02 de junho e o consentimento da comunidade. Na reunião do 2/6 aqui narrada o comentário inicial por parte de Clovis Chermont indicou a grande desconfiança, inclusive chegando a duvidar de ir ao encontro dos pesquisadores na cidade de Quatro Bocas e publicamente apresentou argumentos que não são banais.

Foi sexta né? sexta de tarde, né? Eu achei muito em cima, eu falei assim: dá até medo de uma pessoa né? Primeiro vou pesquisar na internet quem é pra eu poder... Eu pesquisei, e agora eu vou. A gente não sabe né? Qual a situação de empresa, conflitos de outras empresas, fiquei meio encabulado na orelha.

Estava expondo as expectativas e as reações que operam na pesquisa de campo. Neste caso o interlocutor estava relacionando ao "medo" do encontro com desconhecidos face as situações de conflitos e o que poderiam ser atos inesperados das empresas. Somente após pesquisar na internet o nome das pessoas que iriam a Nova Betel lhe deu a certeza que podia ir ao encontro em Quatro Bocas. João Pacheco de Oliveira refere-se à "situação etnográfica" "onde os atores interagem com finalidades múltiplas e complexas, partilhando (ainda que com visões e intenções distintas) de um mesmo tempo histórico". (OLIVEIRA, 2009, p. 9). Face a assimetria social e as forças desequilibradas as comunidades estão em estado de alerta, pois os discursos ameaçantes e os atos violentos que ressurgem com frequência.

Nesse trabalho de campo existem lacunas de forma a produzir mais elementos analíticos sobre o território; os conhecimentos sobre como eram a mata/o mato, os capoeirões, as roças, os igarapés; a organização e a distribuição dos recursos naturais, os cultivos introduzidos. Da mesma forma, das questões que surgiram com a entrada de famílias que são diferenciados como "agricultores familiares". Os elementos específicos das relações sociais dos quilombolas, dos agricultores com os projetos Norsk Hydro e Biopalma são vistos no plano de relações políticas de dominação que são recriadas em cada intervenção (licenciamento de projetos), cada reunião (proposta pelo Ministério Público Federal), cada proposta de projetos, denominados de "parceria para o desenvolvimento".

O presente Relatório é constituído de três partes, incluída está introdução. Na segunda aborda-se a "territorialidade específica de Nova Betel e os relatos dos processos de desterritorialização empreendidos pela Companhia Vale do Rio Doce,

ao instalar o mineroduto e o linhão e as operações subsequentes. Esta é sucedida pela Norsk Hydro, e desde 2008 pela Biopalma, empresa da Vale S.A com o objetivo de realizar o monocultivo de dendezeiros. Os processos de desterritorialização são relatados pelos quilombolas e tiveram a forma de compra de terras sob pressão. Na terceira parte estuda-se os procedimentos relativos ao Inquérito 1.23.000.002180/2018-41, o que significa os atos empreendidos pelos agentes envolvidos nas situações de conflito que os quilombolas de Nova Betel fizeram do conhecimento do Ministério Público Federal.

Transcorridos dois anos este Relatório é revisto e atualizado. Aqui registra-se em 10 de junho de 2019 a iniciativa de publicar no site do PNCSA uma notícia 10 com a situacionalidade do conflito com a Norsk Hydro que em fase do licenciamento ambiental ignorava os efeitos dos minerodutos ao atravessar dezena de povoados, contudo, o sinal do MPF era de "não citar ainda Nova Betel', porque estaria sendo analisado e ponderava não querer "chamar atenção da empresa antes de ter uma melhor análise da situação". Entende-se que os quilombolas de Nova Betel, precisamente, neste momento experimentaram um segundo silenciamento, desta vez institucional.

Neste relatório, sintético e com caráter preliminar, a proposição, é de realizar o que Almeida (2019, p. 51) denomina "nova descrição".

De uma maneira inversa, a revezes, está-se diante de uma nova descrição, que trabalha os conceitos simultaneamente, em planos sociais distintos, sem separar, entretanto, ato e discurso, palavra e prática, ação e contemplação, identidade coletiva e mobilização política, resistência e explicação sobre como resistir. Este esquema interpretativo chama a atenção para as relações sociais que perpassam os componentes dos distintos planos analíticos, evidenciando uma pluralidade de posições e agentes em jogo e uma superação das oposições entre teoria e prática, elaboradas usualmente pelo senso comum erudito. A partir desta nova descrição as ferramentas etnográficas contemplam as transformações e emergências identitárias de agentes sociais que constroem sua existência coletiva de modo peculiar e retratam fatores étnicos, precisando as especificidades de seus conhecimentos e saberes nos diferentes usos dos territórios e nas diferentes formas político-organizativas de enfrentamento dos que intrusam suas terras tradicionalmente ocupadas e conspurcam direitos previstos em dispositivos constitucionais.

Antes de formular uma descrição finalizada sobre a territorialidade específica de Nova Betel estas páginas abordam várias questões sobre a etnohistória e etnografia de

¹⁰ No dia 17 de junho de 2019 foi publicada no site da Nova Cartografia Social a notícia "Quilombolas de Jambuaçu – Moju em situação de conflito com a empresa Norsk Hydro" com a síntese dos pontos em debate nas reuniões do dia 2 de maio e de 27 de maio de 2019 e que sinalizam as controvérsias e lacunas do que assinalou negociações assimétricas e tendentes a uma harmonização coerciva. Disponível em: http://novacartografiasocial.com.br/quilombolas-de-jambuacu-moju-em-situacao-de-conflito-com-a-empresa-norsk-hydro/. Acesso em: 17 jul. 2021.

Nova Betel. O objetivo mais incisivo é situar as relações de poder que continuam a reduzir suas reivindicações territoriais a mínimas "compensações" oferecidas desde 2006 pela Biopalma – isto é um tanque para piscicultura, a terraplanagem da estrada, uma caixa d'água e outras quinquilharias. A Norsk Hydro e a Brasil Biofuels seguem esse padrão de relacionamento e continuaram mostrando as fotos dos quilombolas recebendo os "donativos" do desenvolvimento, aparentemente em posição acomodada e obediente.

PARTE II. TERRITORIALIDADE ESPECÍFICA DE NOVA BETEL

Nas observações sobre Nova Betel verbalizadas por Cloves Matias Chermont aos pesquisadores insistiu que no quilombo "viviam 53 quilombolas e 10 agricultores familiares", com o adendo de se tratar do número de famílias de cada categoria social 11. Tal apresentação é central para compreender as políticas identitárias, as distinções entre "nós os quilombolas" e os "outros", os agricultores familiares; os tempos de instalação no território; as migrações em busca de trabalho e educação em Tomé-Açu; as formas de lutas pelo território, os mecanismos de usurpação e o impasse do conflito territorial que antagonizam os quilombolas com as empresas Norsk Hydro, e a Biopalma, atualmente Brasil Biofuels (BBF) e ainda com as obras de infraestrutura projetadas pelo governo do Estado do Pará no Projeto de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado do Pará – PRODEIR - 2019 (Polo Capim-Tocantins) e incorporadas como obras da iniciativa privada – Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A - ETEPA e ainda acompanhase o relativo à Biopalma S. A. Reflorestamento e Comércio.

A formação do povoado Tira Saia, em referência ao igarapé homônimo, que anos mais tarde mudaria para Nova Betel, reuniu grupos familiares que se orientaram para esse lugar na procura de terras, com a descrição de que se tratava "só mato" chegaram nesse lugar transportando-se de "canoa" pelo rio Acará-Mirim.

A escrita sobre a história da comunidade quilombola Nova Betel coube a Cloves Matias Chermont e foi anexada ao processo de Certidão de Autodefinição junto à Fundação Cultural Palmares. Nesse relato, de forma suscinta indica-se que a formação da territorialidade específica de Tira-Saia/ Nova Betel teve o protagonismo do senhor Mendonça Matias que com sua família se instalou em 1964. Como elemento identitário apontava que era "remanescente de negros, ele migrava de outra comunidade chamada de Jupuúba pertencente ao município do Acará, também no estado do Pará". Outra identificação apontada é sobre o povoado "Jupuúba descrita como comunidade rural, cujas atividades econômicas se baseavam na "agricultura, caça e pesca", acrescentava-se que por estar "localizada as margens do rio Acará é uma comunidade ribeirinha".

A trajetória do senhor Ernestinho Chermont e sua família é destacada pois foi o segundo que "adentrou nessa região" seguido de outras pessoas que "foram atraídas, pelo

¹¹ As distinções estão observadas no nome da Associação de Moradores Agricultores e Quilombolas da Comunidade Nova Betel. Todavia na pesquisa não se destacou os motivos da distinção a respeito das categorias representadas na associação.

solo fértil, áreas virgens de matas etc....". Retoma a escrita a descrição do sr. Ernestinho Chermont "também de descendência negra ele e sua família vieram fixar moradia". As relações matrimoniais haviam constituído o laço primordial pois se informa que a "família do seu Mendonça e de seu Ernestinho já estavam unidas por matrimônios anteriores à migração. Dessa forma a família Chermont e Matias se misturaram e permanecem até os dias de hoje". Indica-se que esse primeiro grupo foi seguido pela senhora Leonice e os senhores Juvêncio, José Augusto e Felicíssimo.



Figura 15 - Diagrama dos "primeiros" a desbravar Nova Betel

O diagrama das unidades familiares permite situar essas constelações que tem significado especial para estabelecer reconhecimentos sociais dos "primeiros" e dos seus descendentes, que conformam as redes de sociabilidade e de organização política.

Figura 16 - Diagrama de unidades familiares (predomínio de parentesco) 12

* MENDONÇA

Felicíssimo

* MATIAS CHERMONT

Orivaldo

Anísio

Claudio

Walter

Marli

¹² Fonte: Ata de constituição da Associação de Moradores de Nova Betel em 10 de novembro de 2010 e Retificação de 13 de dezembro de 2010. Cartório Samuel Cruz. Comarca de Tomé-Acu. Observa-se a politização dessas relações familiares na organização das duas associações pela eleição de cargos dentro da diretoria.

- **❖** MATIAS − LIMAS MATIAS
- Nilson
- BonaergioIzaquel
- José Augusto
- Izaque
- **❖** FERREIRA MATIAS
- Misael
- Mateus

***** CHERMONT

- Eunice
- Mateus
- ***** CHERMONT CORDEIRO
- Lucilene
- Mateus
- * ALMEIDA CHERMONT
- Raila
- * GONÇALVES GONÇALVES DA SILVA
 - Marlene
 - Ivanete
- ❖ SOUZA PANTOJA SOUZA DA SILVA SOUZA DIAS
 - Luzinete
 - Ivanete
 - Sila
- **❖** BATISTA DA SILVA REIS BATISTA
 - José Reis
 - Alexandre dos Reis

O relato que se inicia datado de junho de 2019 está conectado com as questões sobre a procedência, os deslocamentos a partir das quais se traçam as trajetórias espaciais e as políticas identitárias.

Anísio Matias: A Biopalma quando ela chegou aqui, já eu tava há muito tempo, quando chegamos aqui era só mato isso aqui, ela foi destruindo isso aí, agora a pouco tempo, mas quando a gente chegou aqui não tinha estrada, a gente andava de canoa.

R. A.: Quantos anos o senhor tinha quando chegou aqui?

Anísio Matias: Eu tava com doze anos.

R. A.: De onde o senhor vinha, sr. Anísio?

Anísio Matias: Vinhemos do Jupuúba, município de Acará.

R.A.: Qual foi o motivo pra motivo pra você vir pra cá?

Anísio Matias: Primeiro veio um irmão meu pra cá, avisou nós que tinha uma área onde se colocar, aí foi nos buscar pra lá, naquela época não existia estrada a gente andava de canoa, vinha do Acará pra cá de canoa. Aí chegamos aí começamos a trabalhar, e hoje as pessoas que vieram naquela época, só tem uma pessoa que tá aí, Zé Augusto veio de Diamantina, os primeiros, logo atrás, uns três anos, que ele foi buscar nós.

Orivaldo Matias Chermont: Eu vim mais atrás, eu acho que eu cheguei aí. Mas, depois que eles vieram eles foram embora, e que permaneceu mesmo aqui, foi só eu,

no caso, só nós. O resto saíram tudinho, depois que voltaram de novo. Anísio saiu, saiu Zé Augusto, ficou só com os terrenos aí. Saiu Bonesío. Foram tudo pra Tomé-Açu.

Anísio Matias: Eu saí, mas meu local eu não deixei.

Os primeiros movimentos de ocupação da terra tiveram a frente os senhores José Maria, Orivaldo e Anísio Matias – os três irmãos da família Chermont. Silva (2020, p. 292) sinaliza que os fundadores de Nova Betel

recordam vividamente a expulsão violenta que resultou em seu deslocamento compulsório das margens do Rio Acará para essa porção de terras situada em Tomé Açu, às proximidades do Igarapé Tira Saia: "nós viemos de lá do Jupuúba porque lá entrou um fazendeiro chamado Albino, entrou botando todos os colônios de lá, até amarrava os colônios no lado do cavalo pra carregar, malinando das pessoas. E nós ficamos com medo também, saímos carregado pelo cavalo, mudamos pra Concórdia, moramos três anos, de lá que nós viemos pra cá". O relato evidencia as tensões provocadas pela implantação de projetos agropecuários a partir dos anos 1960, fomentados por políticas desenvolvimentistas conduzidas pelo Estado. A violência associada à ampliação da "fronteira agrícola" resulta materializada na "lei do mais forte", em face de grupos aos quais se nega sistematicamente o estatuto do humano, consoante a velha lógica colonial (MBEMBE, 2018)

Cloves Matias explica ainda o relato da conversa com sua avó sobre a vinda para as margens do Acará que confirmou o deslocamento da região do rio Moju, sem ter indicado as motivações, ao certo os conflitos por terra se agudizavam e estradas, ramais estavam sendo abertos, aparecendo novos donos, madeireiros e projetos agropecuários.

aí um dia desse eu fui perguntar da minha avó como era a nossa história aí ela explicou que foi assim, que foi sim. Aí eu pesquisei Jambuaçu, (?), então nós somos decentes, (sic).

Sacramento (2007) introduz o relato do senhor Benedito de Azevedo Teixeira sobre as comunicações entre Moju e Acará e cita os ramais que existiam, entre eles o de Jupuúba, um dos poucos que existia, muito precário e que acessava a cidade de Acará. Martins foi prefeito de Moju (1983-1987) e abriu novos ramais e começou a ser construída a estrada que ligava a Tailândia.

As estradas vicinais, quase não tinha estradas vicinais, tinha o Jupuúba, essa estrada que vai pro Acará, que já tinha também Moju-Acará que chamava, os ramais ali pelo Jambuaçu não tinha ramal, tinha o ramal do São Pedro, o dono da fazenda parece que fez aquele ramal que eu acho que não foi nem a Prefeitura, foi o dono da fazenda que fez, o resto a gente construiu também uns ramalzinho por aí. Aqui pela margem da estrada, eu fiz do alto Jambuaçu, fiz o ramal do Santo Antônio, eu fiz o ramal ali do Libório que tinha na época, né. Não lembro bastante o que eu fiz. O Urubuputaua eu concluí, concluí com ponte, ali, o Pau da Isca, chamavam Pau da Isca,... (SACRAMENTO, 2007, p. 32)

A instalação de projetos agropecuários e agroindustriais ocorreu na década de sessenta e setenta à margem das estradas e ramais. Muitos dos projetos denominados de desenvolvimento agroindustrial e agropecuário obtiveram financiamento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Na PA – 252 foi implantado o Projeto Socôco¹³ e de forma abrangente na região foram intruduzidos novos projetos de cultivo de dendê (REASA) e de pimenta do reino, além da ampliação da exploração madeireira e da pecuária¹⁴. Os pequenos "colonos" e posseiros sofreram "grandes impactos como o capital especulador, principalmente os de Tomé-Açu e Acará" comparável com as situações que Sacramento descreve para o Moju. O segmento de assalariados desses empreendimentos também esteve envolvido em conflitos trabalhistas, pouco divulgados. Sacramento (2007) afirma que os conflitos sociais e as violências tornaram-se cotidianas na região abrangida pelos antigos municípios de Acará, Moju.

NASCE VILA BETEL

As ocupações tradicionais da terra foram feitas mediante a derrubada da mata, aberturas de roças e construção das casas girando em torno das margens do igarapé Tira-Saia. Posteriormente decidiram abrir a vila e com isso a transferência das casas, da igreja.

Clovis Matias: Ô Marivaldo, como foi pra nos realocar pra cá, como foi que prometeram, a gente ficava lá embaixo, na casa da vovó, na casa do senhor.... como foi pra gente localizar aqui.

Orivaldo: A história daqui da Vila, da Nova Betel, essa história daqui é longa, vou começar a contar a história. Uma boca da noite eu tava conversando com o (Rossi?), lá tomando banho no Igarapé Tira-Saia, era bonito o igarapé! Já tinha essa estrada aqui, já tinha esse ramal, mas, já tava ficando bom, passava até carro, madeireira. Aí eu disse: - (Rossi?) bora fazer uma vila ali na beira da estrada, na minha terra. Aí, ele disse assim: Umbora. Tinha o Manoel, pai da Sandra, aí nós falamos pra ele, pro pai da Sandra. Aí ele disse: - Se tiver logo um pedacinho, nós vamos logo fazer, essa vila lá. Aí o que aconteceu, que o Manoel veio logo, numa casa bem aqui. Era na minha terra isso aí, esse pedaço aí. Eu dou cem por duzentos, para fazer essa vila, e eu dei cem por duzentos, para fazer essa vila, você tá entendendo. Aí, Manoel veio, aí depois veio o Pé de Rato. Os moradores primeiros: Pé de rato e Manoel, veio Manoel, o (Rossi?) e o Pé de Rato que vieram primeiro, aí fizeram. Quando eles passaram tava só o pico da Vale, mas ela já tinha negociado com nós, como eles já vinham com

¹

¹³ A Socôco foi fundada em 1966 por um grupo português em Alagoas e tem instalações agrícola no município de Moju, onde ocupa uma área de 20.000 hectares e é referida como a maior produtora de derivados de coco do Brasil. A notícia refere ainda que "Depois de muito investimento em pesquisas junto ao IRHO (*Institut de Researches pour les Huilles et Oleagineaux*), os representantes da marca decidiram que o município paraense de Moju, a 110 km de Belém do Pará, seria o local ideal para a plantação de espécies híbridas de coco. E assim surgiu em 1979 a Fazenda Sococo, apresentando uma área total de mais de 20 mil hectares. Mas recentemente, em 2007, a empresa expandiu sua atuação no estado também para produção de água de coco, com a implantação de um novo coqueiral no município de Santa Isabel, com 2 mil hectares de coqueiro anão". https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/49018629/pesquisadora-recebe-homenagem-especial-nos-40-anos-da-sococo-no-pa, Acesso em 18/07/2021,

¹⁴ Sacramento menciona superficialmente o "Dossiê sobre os projetos agroindustriais instalados em Moju. Fonte, CPT. Regional Norte II. Belém Pará". (nota 36 p. 38)

maquinário que já vinham trabalhando aí, nós pedimos para eles quebrarem isso aí tudinho para nós e aterrarem, eles até aterraram isso aí, a Vale que aterrou pra nós aí esses pedaços aí. Aí, começou a entrar a gente aí. Você congregava lá embaixo na beira do Igarapé Tira Saia, mudamos a igreja de lá para cá e lá acabou tudo lá embaixo. Lá é o terreno do irmão dele, do Anísio.

R.A: Oual era o nome do seu irmão?

Orivaldo: Zé Maria. Aí nós mudamos para cá para a beira da estrada, e largamos o igarapé para lá. Naquela época mais ou menos, quase doze anos aí para trás, eu era o presidente da associação. E (Rossi?) era o vice da associação, aí nós exigimos, que o que eles fizessem aí para nós, quando eu era presidente, foi essa caixa d'água, esse poço artesiano, foi a Vale que fez, esse poço artesiano. Depois disso a Vale só faz andar para baixo para cima, pra cima e para baixo na nossa estrada, mas não coopera com nós para nada.

Voz (mulher): Nem ajeitando a própria estrada.

Voz 1: Sendo que eles construíram a caixa d'água para nós, não foi no direito, mas eles precisavam, por direito, tipo assim eu entrei no teu igarapé, estraguei teu igarapé, agora eu tenho direito de construir uma caixa d'água para você, para comunidade de vocês, foi por causa disso.

Orivaldo: Foi por causa disso. Nós exigimos pra ela dá o posto para nós.

Voz 1: Não foi uma estrutura bem feita, porque Associação não tinha CNPJ, CNPJ não, não tinha uma conta, aí depositaram na conta da prefeitura, tantos, que nós nem sabe, fizeram algumas coisas aqui para nós, que foi nós que construímos, deram a caixa d'água, a bomba, e umas coisinhas assim, e nós nem sabe quanto foi a quantidade, a gente só pode dizer o quanto foi, alguns comentam, que foi dez mil, quatorze mil. Mas eu não sei a quantidade que deram, para prefeitura construir. Eles pagaram pela prefeitura, a prefeitura que mandou fazer isso aí. Aí, a ex-presidente, tinha comunicação direto com esse homem da Hydro, antes era o meu pai tinha comunicação, que desenvolvia os projetos aqui de galinha, e o canteiro, a Maloca, e um viveiro de mudas, para fazer um SAF, que eles chamam, porque tem que fazer primeiro o canteiro de mudas para depois fazer o SAF, eles vieram com esse projeto. Aí, esse projeto ajudou um pouco, mas não ajudou muito. Aí, houve uma história que a empresa (com?), que foi terceirizada para ajudar aqui, Cooperativa Mista de Jambuaçu, entendeu. Aí, eles vieram e ajudaram aí, fizeram curso, houve uma história que até caminhonete a Hydro deu porque eles tinham direito.

Da Vila Nova Betel da década de oitenta com uma vintena de famílias para o ano 2006 registram-se mudanças a ser refletidas. No Histórico da Comunidade Nova Betel¹⁵ retiram-se os parágrafos abaixo:

Atualmente a comunidade conta com 36 famílias, no ano de 2006, o Sr. Orivaldo Matias Chermont doou uma área medindo 100x100, onde as pessoas povoaram essa área formando assim uma agrovila, ela localiza-se a margem direita da estrada há 09 km da comunidade Vila Socorro. Dessas 36 famílias, 20 residem na agrovila e 16 famílias moram em lotes agrícolas medindo 250x1000, e desenvolvem a atividades como agricultura, extrativismo vegetal e pecuária.

A agrovila possui 19.casas, onde residem as famílias, a maioria delas são de madeira, 1 igreja construída em alvenaria, 1 pastoral, 1 sede da Associação de Agricultores Rurais Quilombolas da comunidade Nova Betel e 1 prédio de madeira onde funcionava a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental "Monte Cristo", esta foi desativada em 2013. Para nucleação da Escola o governo municipal usou como justificativa o baixo rendimento que a multissérie acarreta nos alunos, pelo fato do professor ter que trabalhar com 2 ou até 3 séries juntas, pois, a baixa demanda inviabiliza a remuneração de mais profissionais. Desse modo as crianças precisam percorrer 09 km para chegarem à escola polo que fica na comunidade Vila Socorro todos os dias.

¹⁵ O documento citado consta do Inquérito **1.23.000.002180/2018-41**

A configuração que foi produzida no território com a doação de "lotes agrícolas" preservou o sistema de uso comum dos recursos? Esse loteamento favoreceu a visão de "agricultores familiares" que podiam se inscrever no sistema de parceria de cultivo do dendê, proposta trazida pela Biovale/Biopalma?

A segunda descrição da vila Nova Betel, que está sendo denominada de "agrovila" traz elementos recentes da infraestrutura à sede da Associação de Agricultores Rurais Quilombolas da comunidade Nova Betel. A Escola Monte Cristo, construída de madeira, havia sido desativada pelo governo municipal. Em 2019, a reunião foi realizada em uma pequena sala que servia de escola.

O que está sendo narrado insere a Vale do Rio Doce que chegou no território para instalar os minerodutos que atravessou o igarapé Tira-Saia¹⁶ e perdeu sua forma e como "compensação" construíram a caixa d'água e poço artesiano e outros espaços foram aterrados pelas máquinas contratadas pela empresa. O relato focaliza o espaço relacional com articulações e negociações. Puerta Silva (2010) insiste em afirmar que as negociações (instrumentais e simbólicas) permitem garantir a reprodução do grupo.

De hecho, lo que permite la noción de espacio relacional es mostrar la heterogeneidad de las relaciones de fuerza, pero también su variabilidad. Tal noción avanza hacia una idea de articulación, en oposición a la idea clásica de relaciones de poder. Por supuesto, la noción de articulación no escapa a las hegemonías, dependencias, acomodamientos, y tampoco es ajena a las negociaciones y transacciones. Al contrario, la articulación se produce y reproduce en continuas negociaciones. (PUERTA SILVA, 2020, p 156)

Mediante essas falas é possível ir além e tentar perfazer as formas, as continuidades e as aproximações espaciais dos territórios etnicamente configurados nos vales dos rios Moju, Acará, Bujaru, Capim e Guamá e as condições de possibilidade de sua reprodução material e social que permite a presença até o presente. Essa proposição inclui sistematizar a formação histórica e social do território etnicamente configurado; destacar os direitos humanos e territoriais e os conflitos sociais e violações de direitos, que apenas é sistematizado de forma preliminar. Esse projeto para o Pará impõe como escreve Oliveira (2014) uma teoria da fronteira que se coaduna com descrições particulares e abertas, que destaca diversidade, temporalidades, narrativas e regimes que singularizam trajetórias históricas.

¹⁶ No território quilombola de Jambuaçu os relatos guardam semelhanças em relação a vários igarapés e, em especial, o rio Jambuaçu que teve o leito elevado e perdeu a capacidade de navegabilidade e fauna.

Os estudos antropológicos, etnohistóricos e arqueológicos identificam os povos Tembé/Tenethara, Urubu, Timbira e Kaapor na região Nordeste do Pará. Mais recentemente, as pesquisas abordam as territorialidades especificas dos quilombos nos vales do Alto rio Acará, do rio Moju e o seu afluente o rio Jambuaçu, do rio Capim, do rio Bujaru e do rio Guamá. Povos indígenas, quilombolas (ou mocambeiros), camponeses no Pará estão na história social como agentes sem aparente continuidade e sem diferenciação, em poucos documentos e fontes orais passam a ser notabilizados. Esses grupos estão à procura da escrita de suas memórias e histórias, bases para acessar direitos territoriais. Atualmente, cláusulas de direito são apropriadas por indígenas e quilombolas, o que impulsiona a ampliação dos seus movimentos sociais e as estratégias políticas, especialmente com apoio na Constituição de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

A descrição dos povos estudados e seus territórios na região do rio do Acará, Moju, Bujaru e Capim colide com os preceitos restritivos do mundo colonial e do estadonação. Dessa forma, as leituras sobre esse processo histórico e social de territorialização não pode convergir para as marcações arbitrárias com ou sem base documental e/ou oral, rompendo com o emudecimento nas fontes históricas. Documentos escritos na forma de patrimônio material – as ruínas do engenho, as igrejas, os cemitérios, os atalhos e o mais relevante, a toponímia.

Almeida (2004, 2008, 2013) têm assinalado o território como fator de identificação ao que acrescenta a "defesa e força". Os autoidentificados quilombolas de Nova Betel conferem ao território uma expressão e significado especial, pois este "funciona como fator de identificação". As conexões da política identitária e da reivindicação territorial do grupo social encontram-nas suas mobilizações e ações, primeiro, junto à Fundação Cultural Palmares (Brasília) e, segundo, junto ao INCRA (SR-01, Belém-Pará), ambos pleitos datados de 2015, e marcados pelos atributos de "defesa" e "força" e o revigoramento face às tensões e aos conflitos territoriais e socioambientais.

O povoado Nova Betel está incrustado no espaço de transformações que ocorrem no que atualmente é denominada Microrregião de Tomé-Açu (MRGTA)¹⁷. Os traçados encontrados em um mapa recente da denominada localizada no nordeste do Estado do

¹⁷ A MRGTA está limitada ao norte pelos Municípios de Concórdia do Pará e São Domingos do Capim, ao sul e leste pelo Município de Aurora do Pará e a oeste pelos Municípios de Tailândia e Acará (Rodrigues et al., 2001) e corresponde a uma área aproximada de 24.022,67 km²,

Pará permitem aferir essas aproximações. Na ordem dos fatores de mudança encontramse a estradas, as migrações e os projetos econômicos que têm vigorado na região. Como mencionado adiante essa malha rodoviária alicerça o avanço e constituição de uma nova fronteira. O mapa a seguir é examinado para verificar a malha traçada da margem direita do rio Tocantins em direção à rodovia BR-010, mais conhecida como Belém-Brasília, obra lançada pelo governo Juscelino Kubitscheck como peça central da política de integração da Amazônia ao centro Sul do Brasil.

No sentido Leste-Oeste foi aberta a rodovia estadual **PA-252**, que inicia no porto da cidade de Abaetetuba. Ao longo do seu percurso intercepta as PA-151, PA-475, PA-140, PA-127, BR-010, PA-124 e PA-108.

Atravessa os municípios de Abaetetuba, Moju, Acará, Concórdia do Pará, São Domingos do Capim, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá e Cachoeira do Piriá.

A PA-256 é uma rodovia brasileira do estado do Pará. Inicia na **PA -151** e intercepta a PA-451 na altura do km 50; intercepta a BR-010 na altura do km 200; e tem seu limite leste no Rio Gurupi, fronteira do Pará com o Maranhão. Está localizada na região nordeste do estado, atendendo aos municípios de Mocajuba, Moju, Acará, Tomé-Açu, Ipixuna do Pará e Paragominas.

No sentido Norte - Sul foi aberta a **PA-140** que intercepta a PA-256. Atende os municípios de São Caetano de Odivelas, Vigia, Santo Antônio do Tauá, Santa Izabel do Pará, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu.

A PA-151 é uma rodovia brasileira do estado do Pará. Em seu trecho pavimentado essa estrada intercepta as seguintes rodovias: PA-483 na altura do Km 24; PA-403 na altura do Km 39; PA-252 na altura do Km 44; PA-475 na altura do Km 48; PA-407 na altura do Km 76; PA-467 na altura do Km 123; PA-469 na altura do Km 136, e; a PA-471 na altura do Km 156. Está localizada na região nordeste do estado, atendendo aos municípios de Barcarena, Abaetetuba, Igarapé-

Miri, Tailândia, Mocajuba, Baião, Moju, Breu Branco, Goianésia do Pará e Jacundá. Após Baião a extensão da rodovia segue margeando o Rio Tocantins, em leito natural, até a cidade de Jacundá, atravessando antes a cidade de Breu Branco.¹⁸

¹⁸ Informações retiradas da página Wikipédia - https://pt.wikipedia.org/wiki/PA-256;

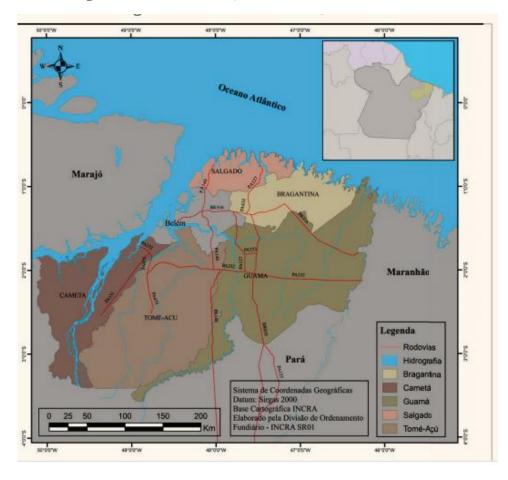


Figura 17- Microrregiões do Nordeste do Pará, Brasil

Fonte: CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra et al (2017, p. 24)

A construção dessa malha de estradas corta os grandes vales dos rios Capim, Guamá, Acará, Bujaru, Acará-Mirim e Moju, e incorporou progressiva e violentamente terras tradicionalmente ocupadas ao mercado de terras, implicando numa nova configuração geográfica de pequenas cidades, vilas e povoados antes interligados com a capital do estado mediante a navegação fluvial.

As terras tradicionalmente ocupadas pelo povo Tembé-Tenethara e outros povos indígenas na denominada região Nordeste paraense experimentaram novo avanço da colonização no século passado e um segmento dos agentes desta experiência colonial é formado por imigrantes japoneses. O antigo núcleo de Tomé Açu localizado na bacia do rio Acará- Mirim centralizou esse projeto de imigração nipônica, com extensão de 600.000 hectares concedida pelo governo do Estado do Pará ao empresário Hachiro

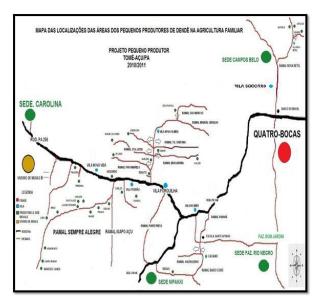
Fukuhara; as terras situadas nas margens do rio Acará-Mirim foram destinadas em parte para o plantio de pimenta-do-reino e de cacau, tendo como centro o povoado Quatro Bocas. A organização econômica dos plantadores de pimenta-do-reino que começou em 1947 deu origem à Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu- CAMTA, fundada em 1949. (TAFNER JUNIOR, 2007). Os malogros da experiência conduziram para a fruticultura e mais recentemente a plantação de dendezeiros.

Nova Betel e dezenas de outras vilas da microrregião de Tomé-Açu representam uma configuração recente que se observa a partir dos usos do solo e cultivos, as condições de acesso à terra e relações de trabalho assalariado na região. Carvalho (2016) estuda o dendê plantado por pequenos agricultores em Tomé-Acu e examina a adesão ao cultivo por pequenos agricultores familiares na Vila Forquilha, entre os argumentos para a formação das vilas cita terem surgido no período de ampliação das atividades da CAMTA:

A expansão da CAMTA, assim como das culturas produzidas em Tomé-Açu, garantiu um processo de crescimento do município, o que lhe possibilitou um melhoramento nas estradas de acesso, a chegada da energia elétrica e do telefone, passando a vila Forquilha a também a usufruir desses benefícios.

Assim como surgiu a vila Forquilha nesse momento, também surgiram outras comunidades como a São Raimundo, Binteua, Vila Socorro, Nova Betel, Castanhalzinho, como sendo as mais antigas, entendemos que tais comunidades se reproduziam se relacionando umas com as outras, onde suas relações de trabalho tinham por base a produção da mandioca, frutas tropicais, pimenta-do-reino, viviam o tempo da natureza, pois não possuíam nenhum tipo de aparato tecnológico para produzir. (CARVALHO, 2016, p. 46, grifos nossos)

Figura 18 - Malha viária municipal e configuração espacial das vilas abrangidas pela pesquisa de Carvalho (2016, p. 73)



A despeito do comentário final da autora que nega qualquer aparato técnico para produzir aos pequenos agricultores, aos que se autoidentificam como quilombolas compartilha-se a visão sobre as estratégias de vida e troca e de formação das pequenas vilas, várias delas literalmente cercadas pelo cultivo de dendezeiros da Biopalma, atualmente Brasil Biofuels -BBF¹⁹.

Povoados e vilas entram no redemoinho da economia do dendê, também da pecuária e da extração madeireira, que justificam os projetos infra estruturais - novas estradas, asfaltamento, construção de pontes. No PRODEIR estão contempladas essas obras que abrangem em um círculo o lugar onde se localiza o território quilombola de Nova Betel.

Região de Integração
Rio Capim

PAZSO
PAZSO
150 Km
11 PONTES
PONTE RIO CAPIM
PAZSO
500 m

PAVIMENTAÇÃO
PA-407
177 Km

Região de Integração
Rio Capim

PAZSO
150 Km
11 PONTES
PONTE RIO CAPIM
PA-256
500 m

PAVIMENTAÇÃO
PA-407
177 Km

Secretaria de
Transportes

VERSÃO 1.8

VERSÃO 1.8

Figura 19 - Mapa de localização da PA-256, que interliga a Rodovia Federal BR-010 (Belém-Brasília) à Rodovia Estadual PA-150

Fonte: SETRAN, 2020.

_

¹⁹ A notícia da negociação entre a Biopalma - ex-subsidiária da Vale - e BBF foi divulgada pela BIODIESELBR que salienta algumas dimensões da transação realizada cuja aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em outubro de 2020. A BBF atua "no ramo de geração de energia elétrica na Região Norte onde controla 30 MW em potência instalada com previsão de chegar a 132 MW até o final de 2022, grupo BBF também atua nos segmentos de biodiesel e óleo de palma. O modelo de negócios do grupo é verticalizado com as plantações de palma-de-óleo alimentando a produção de biodiesel e o biocombustível movimentando as termelétricas do grupo. Além de ser controlador da usina de biodiesel da Amazonbio em Ji-Paraná (RO), a BBF tem planos de instalar uma segunda unidade produtiva em Manaus (AM). Com a aquisição da Biopalma, a BBF passa a controlar uma área plantada maior que 63 mil hectares dos quais 7 mil hectares são de parceiros da agricultura familiar. A expectativa é que a produção de óleo vegetal se aproxime de 200 mil toneladas já no ano que vem. Em 2019, a BBF obteve receita operacional líquida de R\$ 122 milhões". https://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/dende/apos-sinal-verde-do-cade-bbf-completa-aquisicao-da-biopalma-201120. Acesso em 18 de julho de 2021,

PARTE III - AS FAMÍLIAS ENCONTRARAM MATO E MATAS: INÍCIO DAS DISPUTAS POR TERRA E RECURSOS COM A VALE DO MINERODUTO E A BIOPALMA/VALE

A desterritorialização das comunidades tradicionais e povos indígenas do vale do Acará tem marco recente na construção de estradas, na incorporação agressiva operada pelos avanços do mercado de terras; nos zoneamentos ecológicos e econômicos e nas políticas fundiárias e financeiras que privilegiaram como atividade econômica a extração de madeira²⁰, o monocultivo comercial em grande escala e a pecuária. As florestas desse vale foram objeto de prolongada exploração madeireira de interesse do governo colonial, que no século XVIII organizou sistematicamente o beneficiamento de diversas espécies comerciais nas Fábricas Reais.

As ocorrências recentes da desterritorialização foram narradas pelo senhor Anísio Matias Chermont que nomeia o fazendeiro Albino que instalou um regime de terror e obrigou as famílias a abandonar as terras para encontrar outros matos. Essa memória está referida a sua infância, pois ele tinha 12 anos quando chegou nas terras à margem do Tira-Saia. No grupo que estava na reunião se produziu um efeito encadeado para recordar como ocorreu? Em que condições forma compradas as terras? Como resistiram e permanecem em Nova Betel:

Anísio Matias: E até hoje estou por aqui. Procurando a melhora pra Tomé-Açu, levei meus filhos pra estudar, aí meu terreno ficou aqui, eu ia pra lá, vinha pra cá, quando eu vi que deu pra eu vir embora de vez, agora tô com dez anos aqui direito, mas não abandonei a minha área até hoje.

R. A. Sr. Anísio, como foi quando chegaram a Biopalma, essa empresa, o que ocorreu?

Anísio Matias: Quando ela chegou, primeiro ela comprou as fazendas aí, ao redor. **R. A.** Quais eram essas fazendas?

Anísio Matias: Eram a fazenda Ilha Verde e a fazenda Itamarati. Essa do Roberto eu não sei qual era o nome.

R. A: Que tamanho era mais ou menos?

Anísio Matias: Eu não tenho lembrança.

Antoniel Silva da Costa: Da área da Ilha Verde, seiscentos alqueires. Itamarati seiscentos alqueires também, mil e duzentos alqueires de estrutura abandonada.

Voz 3: A do Roberto ficou mais fácil de tomar lá da Vila Socorro.

Anísio Matias: Esse gerente do Roberto que saiu comprando aí.

Voz 4: Quem negociava mesmo era o Roberto. Roberto veio negociar comigo aí em casa pra vender a minha, eu pedi duzentos mil na época, a minha área. Eu queria vender, mas ele não me deu o preço.

²⁰ As florestas desse vale foram objeto de prolongada exploração madeireira de interesse do governo colonial que no século XVIII organizou sistematicamente o beneficiamento de diversas espécies comerciais nas Fabricas Reais. (ACEVEDO MARIN, 2000; ANGELO-MENEZES, 1998, 1999).

Anísio Matias: Botaram quarenta mil no meu. Não, eles botaram trinta, eu pedi quarenta, aí eles acharam caro foram embora, depois eles vieram com os quarenta pra me dar, eu pedi sessenta, aí foram embora, acharam caro. Aí desde que eles vieram com sessenta, eu pedi cem eles não deram mais nada.

Antoniel Silva da Costa: Na verdade, eles vinham fazendo assim só que tinha pessoas que não aguentavam.

Anísio Matias: Naquela época já tinha um negócio de colocar dinheiro no banco as pessoas vendiam e colocavam no banco. A maioria perdeu o dinheiro e ficaram triste.

Antoniel Silva da Costa: Apareceu um tal de DRV, você lembra?

Anísio Matias: Um deles foi meu concunhado; uns botaram dinheiro na conta, e sumiu tudinho.

R.A.: Depois o que fez a empresa?

Anísio Matias: Depois foram fazendo movimento foram quebrando, onde tinha uma plantação eles quebravam tudo.

Vozes ao mesmo tempo: Plantio de açaí. Acabaram com tudo, ainda tem uns por aí, mas é pouco. Tinha um sítio muito bonito lá, eles quebraram tudo, não deixaram nada; plantação de cacau, cupuaçu, acerola, tinha muito.

Após as hesitações pelas pessoas sobre o ano da entrada da Biopalma estiveram de acordo em afirmar que a Vale entrou em 2008.

Todos: - Aproximadamente em 2008. - Foi 2010. - A Vale, entrou na frente, ainda uns três anos. - Foi em 2008, porque demorou dois anos pra eles poderem plantar o dendê. - Na época eles tavam quebrando. - Já tinha entrado.

A imagem "na época eles tavam quebrando. Já tinha entrado" introduz as descrições mais precisas da fala do senhor Antoniel Silva da Costa que veio de Marabá pois ficou sabendo que tinha muitas terras.

Antoniel Silva da Costa: Quando nós chegamos aqui, realmente tinha muita terra ali, podemos dizer e provar, abandonada, e justamente essas empresas compraram. O que eu mais estranhei, é que eles compraram grandes fazendas e compraram também terras de agricultura familiar, que tá o contrário que eu posso saber assim do que eu entendo, do que é pra ser feito no nosso Brasil, o contrário de se quebrar grandes monopólios e quebrar os grandes latifúndios, e formar agricultura familiar, eu vi o contrário aqui, acabaram com a agricultura familiar, e formaram latifúndios em cima.

Desde uma visão econômica e política o senhor Antoniel Costa comenta a quebra da agricultura familiar, o que foi feito mediante compras sob pressão e consoante o valor estabelecido pelo comprador, todavia destacando que as compras eram realizadas sobre terras da União.

Muitas pessoas se deram bem, pelo que fiquei sabendo, saíram umas pessoas comprando os terreninhos das pessoas aí, de qualquer um preço. Três mil, cinco mil, o preço era, como se diz, pela cara do cliente, e repassando a essa empresa onze mil, a gente não tem todos os dados precisos. E quando eu cheguei aqui eu me animei, porque aparentemente grande parte dessa área que a empresa tá em cima, aparentemente parece ser terra da União, outros pedaços eram das próprias pessoas da agricultura familiar, até por que eu já tinha assim por alto me informado, e visto na televisão que o nosso Pará tem aproximadamente 40% da União e por ser umas terras assim tão largada, a gente chegou acreditar nisso.

Falando nessa questão dessa empresa aqui, aqui nós temos aproximadamente dessa empresa, Biopalma, Biovale, que eu não sei como se diz o nome direito, seiscentos mil hectares de dendê que foi plantado e tá abandonado. Agora por que aconteceu isso? Prova disso que é uma área que talvez seja uma área aí até hoje seja da União, mas nós não temos conhecimento disso, nem tem pessoas que tem conhecimento pra chegar aqui com a precisão, pra chegar aqui e dizer olha: Essa área realmente é assim, assim. Acredito que a empresa tem muita área legal, mas também tem muita área ilegal, porque pelo abandono que tem aí dos milhões, toneladas de notas de cem que foi colocada aí, jogado fora aí, tem muita coisa ilegal aí. Eu vou deixar um pouquinho por outros, o que eu penso é isso.

Os agricultores familiares de Nova Betel constituem um grupo definido de dentro e de fora. As primeiras famílias que formaram o povoado - encabeçado pelas famílias Chermont e Matias - estabelecem uma noção de ancianidade e de reconhecimento pela organização e capacidade de produzir reivindicações e pleitos, de dirigir as duas Associações que os têm congregado e foram elas os que encabeçaram a política identitária e se autorreconhecem como quilombolas. Entretanto, as relações e articulações que as primeiras famílias tecem com a Biopalma tiveram o efeito de torná-los "agricultores familiares" em parceria com a empresa para cultivar dendê dentro da terra que identificam como "território coletivo"²¹.

De feição evolucionista, a noção de agricultura familiar referida à inclusão de pequenos agricultores a esquemas contratuais com empresas do agronegócio está coadunada ao modelo de "agricultura por contrato" preconizado por agências multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Diferentemente da perspectiva teórica propugnada pela sociologia rural chayanoviana, o que determina tal caracterização é a capacidade de aceder a mercados. Ou seja, a lógica de reprodução não seria mais presidida pela manutenção das condições de subsistência da unidade social familiar, mas da produção de excedentes regidos por imperativos mercadológicos.

Os agricultores familiares que chegaram mais recentemente e correspondem a dez famílias e algumas são igualmente apontadas como parceiros da Biopalma. O senhor Costa insistia na autorização que recebeu e no discurso identifica a eles (os quilombolas) e os "donos" do aquário e Ele, que se imagina integrado na comunidade.

E aí, me deram uma pequena área ali aí foi quando tava começando esse processo da demarcação da área deles aqui. E eu fiquei bem cantinho pelo lado de dentro, eu não sei se posso dizer sorte, o que foi, eu tô muito satisfeito aqui, graças a Deus me tornei membro da comunidade.

_

²¹ A delimitação desse território compreenderia 1.800,00 hectares, cercada por uma área maior de 63.000 hectares que a Biopalma identifica como seu domínio, e que foi negociada com a Brasil Biofuels em setembro de 2020.

Então, eu fiquei assim, foi um descaso muito grande, essa empresa já destruiu muita coisa. Já vi relato de pessoas, que tinham uma família que foi criado aqui dentro, que os filhos já tavam adolescente, e que essa empresa pressionou pra comprar suas áreas, e aí, e as vezes, as pessoas não queriam, mas como a gente que tem pouco dinheiro, não tem costume, acabaram vendendo. Eu vejo falar, que tem famílias que se perderam na cidade. O pai tava com (?), os filhos com a cabeça mole e entrou coisas ruins.

Então, tem pessoas que hoje acabou com suas famílias aqui, e essa empresa ela faz algumas coisas pra nós, ela faz barulho passando na estrada, faz muito buraco nas estradas, elas passam com o caminhão carregado. Nós já pedimos pra eles colocarem uma proteção em cima daquilo ali, e eles não se importaram de colocar porque não caiu um cacho de dendê em cima da cabeça de ninguém aqui não, mas vai cair uma hora. Na verdade, eu acho que o pessoal aqui tá igual um peixe, quando você o coloca num aquário, só come o que você dá pra ele, só que o dono do peixe dentro do aquário nunca colocou nada, esse povo nunca comeu nada dessa empresa. O pior que o dono do aquário, nunca se colocou nada pra esse peixe, que colocou ele dentro do aquário, não tem nada pro peixe comer, se o dono não colocar.

Então, questão dessa empresa aí, nós tivemos aqui a Hydro aí, eu sei que eles têm os seus deveres, e nós temos nos nossos direitos. Eu posso falar nós, por que eu já me sinto daqui, realmente eles têm feito umas propostas aí, parece que eles querem fazer um acordo individual, pra que possa de uma certa maneira, como se diz o ditado caipira - tapear as pessoas - Mas, graças as pessoas que tem um conhecimento que nem vocês, já tão sentindo mais aliviado, e acreditamos que a gente não possa ser esquecido, e que vocês possam levar aquilo que nos sentimos e precisamos e temos como direito, um lugar justo, que a gente possa ser, como se diz, amparado de uma maneira justa.

A perspectiva sobre essas relações entre os quilombolas e a Biopalma é desenvolvida com outros matizes pela família Chermont e é penetrante em falar dos modos de convencimento da empresa, dos sucessivos imbróglios.

R.A.: E vocês chegaram a trabalhar pra Biopalma?

Anísio Matias: Só que ofereceram pra nós, que até hoje eu ainda tenho foi agricultura familiar, que eles botaram o dendê pra gente, alguns pegou. Mas, parece que isso é do governo.

Todos: - Mas, é um projeto que vocês pagam. – Isso na verdade, foi pra poder botar uma tapa na vista. – Licenciamento ambiental. – Porque a gente vai pagar tudinho o débito, não é eles. Tá beneficiando eles na verdade. – Tá ganhando.

E. P.S.: Quantas pessoas do território quilombola estão plantando dendê?

Todos - É dez. - É dez ou é oito. É dez pessoas.

R. A.: E essas pessoas começaram a trabalhar quando na agricultura familiar com dendê?

Todos: - Primeiro o Mateus. - A Elisiane. - Deve tá com uns oito anos, eu acho, mais ou menos. - O primeiro tá com oito, o último tá com quanto? - Três anos que fechou, que fez esse projeto.

Antoniel Silva da Costa: No caso o Anísio e Renato tá com quatro anos.

Todos: - Já o Isaque. - O Chico. - É quatro anos também, mas é quatro anos mais atrás, que tá no prazo. Mas, Isaque, Elisiane e Mateus, esses aí tão com uns seis anos, seis a oito por aí.

R. A. Eles tão se dando bem na agricultura familiar?

Voz 1: Alguns tão. Alguns não.

Antoniel Silva da Costa: É porque é muito trabalho. É porque houve uma estratégia por parte da empresa. Primeiro, plantando dendê eles próprios se beneficiaram, segundo que o preço é deles, ninguém mais compra. Então, eles sobem dez reais, eles descem dez reais.

Todos: - E a pessoa faz é pagar o empréstimo dele lá. – Eu acho que faz é diminuir, não sei quem é que tava falando que diminuiu o preço da tonelada. – Mas, fica aquela dúvida na gente.

E. S.: Esses dez agricultores que estão plantando dendê, todos eles têm contrato com a empresa?

Todos: - Tem contrato. - Tem que pagar.

E.P.S.: E vocês fazem acompanhamento nesses contratos, quem orienta vocês? **Elisangela da Silva Viana:** - Tem um técnico que vem. – Já chegou um tempo de uma estratégia, de um agricultor da comunidade, chegou um tempo parece que ele não tava cuidando, queriam fazer um processo com ele, já que ele não tava cuidando, eles pegaram o plantio pra ele cuidar. Porque pelos olhos dele, ele tava vendo que o agricultor não ia dar conta, de um dia pagar a conta, de acertar lá com eles.

Voz 1: Porque eu tava conversando com o pessoal da (Pitaia? Brasil), tava falando que dez alqueire, comprava por cento e vinte mil, pra eles plantarem, aí eu tava pensando então pra eles comprarem a terra pra vender dendê, eles tão ganhando mais, porque cento e vinte mil o cara da Pitaia compra, imagine a terra com dez hectares do agricultor, quanto eles tão valorizando então. Se é setenta mil num prédio pra plantar dendê, então dá pra pagar os dez hectares que plantaram dendê, não dá pra pagar? Então eles não tão perdendo nada. Eles que deviam pagar o banco lá.

Nessas últimas duas décadas os quilombolas de Jambuaçu produziram distinções sobre os seus antagonistas históricos. Desde os anos 1980 enfrentaram fazendeiros, grileiros, autoridades locais que faziam parte das articulações para retirá-los das terras e conforme a literatura produziu contra-ataques que reduziram as ameaças. A empresa REASA que protagonizou os enfrentamentos desses anos terminou sendo adquirida pela MARBORGES para aumentar a área de plantio do dendê que está incrustrado no território. O segundo antagonista representa outro empreendimento: empresas de mineração que intrusaram o território com infraestrutura - mineroduto, linha de transmissão e a estrada Transquilombola que teve e tem muita serventia para as empresas. O terceiro elemento é a titulação dos territórios coletivos²² para as Associações de remanescentes de quilombo e a organização do Conselho das Comunidades Quilombolas de Jambuaçu - BAMBAÊ. Os quilombolas de acordo com o regimento interno não podem cultivar dendê dentro das comunidades. Dessa forma, as reivindicações sobre o território estão diretamente visíveis.

Os pesquisadores observaram com surpresa o fato de que a comunidade quilombola Nova Betel não tivesse em junho de 2019 verbalizado especialmente sobre os minerodutos que atravessam o território e por esse mesmo motivo praticamente ignorado a situação ilegal do licenciamento da Norsk Hydro. De alguma forma, pareciam não incluídos, o que pereniza a decisão de 2004 quando a Companhia Vale - Pará Pigmentos

²² O território quilombola de Jambuaçu corresponde a 21 mil hectares aproximadamente. Ainda aguarda pela titulação a comunidade quilombola de Poacê que reivindica 1.852 hectares. (FONSECA, 2011).

e Imerys Capim Caulim somente experimentaram obstáculos ao longo dos 244 km de extensão do mineroduto quando foram detidos pela ação dos quilombolas. E não se tratava apenas de indenizações grosseiras por benfeitorias.

Em palavras precisas, a dificuldade de compreender e produzir ações e pleitos diferenciados em relação ao mineroduto e ao plantio de dendê, ambos de interesse da Companhia Vale do Rio Doce é essa unidade que dificilmente pode ser cindida. Aliás, a Companhia Vale fez dessa unidade a possibilidade de ter o controle sobre os agentes sociais que eram conduzidos a preterir o mineroduto, enquanto a Biopalma aparecia como benfeitora por inseri-los como agricultores familiares.

Nas falas registra-se ainda o projeto da Biopalma de produzir loteamentos que seria realizado nas terras da fazenda Ilha Verde e Itamaraty para agricultores familiares.

Antoniel Silva da Costa: Se você for analisar a empresa ganha muito com isso porque ela pega o produto e não tem gasto, ela não tem compromisso com direito nenhum do trabalhador, se essa empresa hoje vendesse esse dendê para as pessoas, e eles trabalhassem direitinho pegasse, eles iam usar só uma parte administrativa, que é uma das coisas mais pesada para empresa. O maior lucrador de toda a história são eles. Eles é que se dão bem.

Cloves Matias: Uma área do Itamarati, tavam dizendo que iam doar dez hectares pra cada agricultor limpar essa área e cuidar de vender o dendê pra ela. Eles tavam com essa estratégia mesmo, o homem falou lá de dentro, tavam com essa estratégia, mas vão pesquisar, se ainda tem como nos trabalhadores trabalhar, aí o pessoal já tava repartindo o que é meu, o que é teu. Aí depois, nós chegamos. A diretoria da Associação foi pesquisar lá, e perguntar se era verdade. Aí eles falaram: -Não nós estamos fazendo a pesquisa, mas vamos dar um jeito de limpar. Porque tipo assim como a Vale quer tomar a posse, a Vale dá conta. Eles disseram que queriam ver se dava, mas a Vale vai tomar de conta, parece né.

Foi nesse movimento que o território coletivo foi mais visto em perigo. Na reunião houve indagação insistente sobre as relações com a Norsk Hydro, e com base na situacionalidade e possibilidade de comparar com o território quilombola de Jambuaçu. Depreende-se das frases a ausência de reuniões e relações com a Companhia Vale e atualmente Hydro. Sobre a primeira fase de abertura do território para implantar os minerodutos, em torno de 2004²³ é inconteste o jogo para ignorar direitos, realizar pagamentos irrisórios e seletivos, quem recebeu mais e o efeito simbólico (inescrupuloso) do dinheiro colocado na mão das pessoas e realizar promessas de estudos. Pequenos e insignificantes projetos foram oferecidos e alguns não cumpridos (o galpão para escola, os tanques de piscicultura).

²³ Em 2004 foi iniciada a instalação do mineroduto no território quilombola de Jambuaçu que o corta ao longo de 15 km. (ACEVEDO, 2010, p. 49)

R. A.: Agora você poderia apontar, falar qual a sua relação com a Hydro, com a Vale, a questão do mineroduto e da linha de transmissão.

Cloves Matias: Nós sentamos uma vez com a Biopalma, vou começar primeiro com a Biopalma, porque a Hydro é mais difícil, eles dão muita dificuldade. Aí nós demos um jeito de paralisar, para poder ver a cara deles, porque nós nunca conversava com o gerente institucional, que era o Osvaldo Matos, Nesse tempo alguns da comunidade lutavam contra os madeireiros, que vinham aqui, nós fomos até ameaçado nesse tempo, por uns problemas aí. Aí nós falamos, nós sentamos, e deixamos de mão, deixar os madeireiros acabar com as nossas áreas, só que tínhamos comunicação com o supervisor patrimonial, aí ele sempre vinha perguntar: - como vai Anísio a situação da terra, dos madeireiros - aí o papai falava - Como tá a situação de vocês, da demarcação da área de vocês, como tá a titulação, perguntava, aí ele balançava a cabeça meio indeciso, preocupado, a situação dele também, ele não dava uma resposta, só perguntava. Aí foi, foi, através da estrada, tava muito feio ainda, bora ver a cara desses caras, quem é o chefe e quem não é. Aí vararam o sub-gerente, conversaram com nós. Eles iam jogar veneno a primeira vez, nós nos reunimos aqui e jogamos uma pauta. A primeira foi, vou me relembrar algumas, porque eu não tenho documento aqui que nós fizemos. Responsabilidade com a comunidade, porque eles não estavam tendo responsabilidade com a comunidade, não vinham conversando, não reuniam a comunidade, Responsabilidade e compromisso. Aí depois veio a logística, que abrange tudo, trator, os caminhão andando, que vinha três, o certo era vir dois, como eles falaram, mas raso e não cheio. Eles deram a posição que iam cobrir, que iam ter mais responsabilidade. Aí depois, nós perguntamos projeto de sustentabilidade para família, eles falaram: Nós vamos fazer tal dia, mandar uma instituição, pesquisar o que vocês querem trabalhar, falaram: -Tu entende de que? A UFPA, aí depois não, eu indiquei a UFRA é o Ministério Federal Rural, ver se tem como a UFRA ir, pra ver se ela passa.

A memória das relações entre os quilombos e a empresa para tratar de danos sociais e ambientais e as formas de compensação aponta estratégias semelhantes as empregadas no diálogo com os quilombolas do território etnicamente configurado de Jambuaçu. Os estudos e planos foram promessas não cumpridas, indica Cloves Chermont:

Eu indiquei também a Federal, eu indiquei as duas. Aí ele falou: - Vou verificar. Aí ele foi verificou lá, aí conversou com o pessoal da UFRA, O reitor daqui ligou para lá e recebeu ele. aí, ele me deu a resposta que ia fazer esse projeto da criação de peixe, até agora não veio ainda. Aí depois foi esse projeto que nós pedimos, aí eles jogaram veneno na nossa área. Nós íamos demarcar e eles não podiam jogar veneno, eu acho que era só isso, eu acho. E alguns, levantamentos que ele levantou com a criação de emprego, pros agricultores daqui da comunidade que muitas vezes não tem com que trabalhar, tinha que ter pelo ao menos um trabalhando, e o outro cuidava do terreno. E nossa situação também, que ele estava oprimindo nós, muito abafado com a situação do dendê.

Anísio Matias: Depois eles ainda vieram colocar veneno.

Clovis Matias: Ameaçando o galpão que nós queria, porque era um galpão, Na conversa que nós tivemos com ele é um galpão pra associação doar para a escola, porque isso aqui não é muito educativo, aí eles falaram que iam nos dar. Aí na outra resposta, eles falaram: - Não, nos entendemos que vocês queriam construir uma escola, com papo furado. Aí nós fomos lá com a prefeita, com a secretária, que não pode que ele já vão construir uma escola lá, Mas vai ser demorado, nós não falamos desse jeito, vocês que entenderam, Então nós queria só o material de construção para nós construir o prédio. Nós tem serrador aqui na comunidade, nós

íamos serrar, tem pedreiro, tem muito pedreiro, tem ajudante, nós íamos construir essa escola, só iam dar o material, tinta, todo aquele negócio lá, aí eu fiz o documento, eu fiz o orçamento e a planta, aí eles verificaram disseram que iam fazer, e até agora estamos esperando, e não sei por que esse negócio do Biopalma com Vale, Esse problema que tá acontecendo eles estão amarrando. Quarta-feira ele mandou uma mensagem para mim, que ele vinha quarta de tarde se não desse ele vinha quinta de tarde, até agora não compareceu, entendeu. Como também, eles não tão mandando, meio ambiente lá com o Moju tiveram esses prejuízos. Acham que eles estão com medo de perder pra Vale, sendo que eles vieram poucos dias aqui, não tem como nós intervir, e amparar, nós vamos trabalhar essa área, porque eles tão trabalhando pouco. Pra nós intervir e perguntar: -Cadê nosso direito?

Voz 1: Foi cobrado também a questão da Estrada

Clovis Matias: Nós cobramos isso também a questão da estrada na pauta, como a estrada daqui até a Vila Socorro, o compromisso da Vila Socorro é lutar pelo patrimônio dela que é a estrada. Como eu expliquei para vocês a gente luta, mas a prefeita e o vereador que tem lá, abafa. Aí não, quando vamos conversar com a prefeita, sobre o que tem que fazer, acaba por isso mesmo.

R. A.: E agora com a Hydro, falem um pouquinho sobre a Hydro.

Clovis Matias: A Hydro nós não tivermos muita conversa.

R. A.: Mas, como foi (?)

Clovis Matias: Meu tio que pode explicar esse tempo ele foi presidente da : E qual a sua relação com a Biopalma e a Hydro com o mineroduto.

Orivaldo: Logo que eles vieram era a Vale, a Vale que começou, abriu a estrada aí, primeiro eles vieram (botaram /cortaram?) os picos. Nessa época vocês não estavam ainda aí né Anísio? Já tavam aí?

Anísio Matias: Tava por aí.

Orivaldo: Eles vieram, foram lá em casa, pediram o número da carteira de identidade, do CPF, se era a primeira vez, depois voltaram de novo, vieram botar os picos, depois que eles botaram tudo isso, depois de dois anos que eles vieram de novo, quando eles vieram de novo e colocaram os picos não demorou muito. Chegou um tal de Talibe, que veio negociar, ele veio negociar com a gente para passar na área, praticamente passou na área minha, passou na área do Bonésio, passou na área da Elioneide, passou na área da Silas, aqui que passou nessa colônia, aí quando eles vieram, já vieram negociar com nós.

R. A.: Como negociaram?

Orivaldo: Pra pagar, pra dar o dinheiro, vieram e botaram a proposta. Primeiro eles vieram e botaram para mim nove mil pra passar com o mineroduto.

Clovis Matias: Nove mil era dinheiro antes, porque assim naquela época pegava só um salário mínimo às vezes.

Orivaldo: Isso foi em 2004, eles vieram e botaram para mim nove mil, eu disse que não queria, aí eles botaram onze, eu não costumo ver dinheiro quase, eu peguei logo os onze, fiquei animado, peguei logo os onze mil. Pagaram lá dentro de casa mesmo.

R. A.: As outras pessoas, receberam a mesma quantia?

Orivaldo: As outras pessoas. Quando foi o mineroduto, que eles vieram aqui negociar comigo, outra coisa que eles falaram, que podia plantar pimenta, podia plantar a bananeira, podia plantar o arroz, podia plantar o feijão, podia plantar o capim, no lugar que eles passaram, a gente podia usar, a conversa que eles vieram negociar. O tubo que passava, era um defunto, um defunto quando enterra, você não vai mais desenterrar, só quando passa anos e anos, quando vão enterrar o outro. No mineroduto, eles passaram. Aí, tudo bem, eu assinei um monte de papel lá sobre isso. Depois, que passou um monte de anos, já vieram dizendo que não era mais para plantar nada, não podia fazer mais nada. E já o linhão, depois que eles vieram, linhão passou aí, quando mais ou menos um ano quando o mineroduto tava terminando de fazer. Aí vieram de novo pra negociar comigo.

R.A: Como negociaram?

Orivaldo: E me deram dez mil. **R.A:** Mas como foi a proposta deles?

Orivaldo: Eles me deram dez mil do linhão, dez mil conto.

R. A: E as outras pessoas?

Clovis Matias: As outras foram negociando baixinho.

Orivaldo: É com eles pra aí, o deles eu não sei, eu sei do meu.

Clovis Matias: Eles vêm com uma quantia certa para negociar, eles vêm com uns

vinte mil pra dar pra eles, mas vem só com uns quinze. **Orivaldo**: Em todos eles me deram vinte e seis mil.

Clovis Matias: A pressão da Biopalma era tanta, que os compradores andavam com dinheiro, o que eu quero dizer é que eles falavam eu quero tanto, eles tiravam e pagavam.

O território cortado pelo mineroduto da Companhia Vale do Rio Doce, sua continuidade na gestão com a Norsk Hydro e as ações de Biopalma Vale são conduzidas na lista de pleitos dos quilombolas de Nova Betel do qual resulta o Inquérito Civil Nº 1.23.000.002180/2018-41 em 29/08/2018. O trabalho realizado pelo perito do Ministério Público Federal resultou no mapa abaixo cujo traçado definido por uma linha amarela indica os minerodutos e a vermelha o linhão.

Ministério Público Federal Procuradoria da República no Pará Procedimento nº 1.23.000.002180/2018-41 Mapa de localização do território Quilombola Nova Betel, do mineroduto da Hydro e da linha de transmissão(linhão e torres). Para ACARÁ Território Quilombola Nova Betel TOMÉ-ACU Legenda Tomé Agu/PA Projeção LAT/LONG Linhão BETEL Fonte de Dados mineroduto BE TEL Hidrografia IBGE 2016 I3GEO/INCRA □Buncione doFL

Figura 20 - Representação cartográfica do território quilombola de Nova Betel

Fonte: PR-PA/MPF, 2018.

Nas falas haviam sido apontados os danos ambientais ocorridos nos igarapés Tira-Saia e Itabocal. No igarapé Itabocal foram instalados tubos para permitir a passagem da água, que terminaram por implicar no aterramento desse fluxo d'água. A manutenção dos tubos não é realizada e o igarapé encontra-se severamente comprometido diante da redução da vazão causada pela interrupção de seu curso natural. Uma das evidências concretas desse dano ecológico é a morte da vegetação na área inundada a montante, como se pode observar nas fotografias tomadas em Nova Betel. A água represada reduz a quantidade de oxigênio disponível, compromete os regimes de sedimentos e nutrientes, aumenta a temperatura da água e afeta drasticamente a ictiofauna.

Figura 21 - Igarapé Itabocal - aspectos de destruição; Figura 22- Morte da vegetação no igarapé Itabocal





Figura 23 - Linha de transmissão da Norsk Hydro; Figura 24 - Interrupção do fluxo natural do Igarapé Itabocal





Figura 25 - Represamento do igarapé Itabocal; Figura 26 - Danos causados pelo fluxo intenso de caminhões carregados de cachos de dendê da Biopalma





Figura 27- Vista de cratera na lateral do ramal de acesso a Nova Betel; Figura 28 - Tubulação usada para circulação da água do Igarapé Itabocal





Desde 2004, confere-se o intrusamento do consórcio Vale/Biopalma no território quilombola de Nova Betel, sem trégua, nem respeito. O mapa elaborado com base nos pontos georreferenciados informa a localização das fazendas Campo Belo, Itamarati e Ilha Verde. A propósito desses domínios escreve Silva (2020, p. 293-4)

Os cadastros das duas fazendas Itamarati e Ilha Verde inicialmente foram inscritos em nome da Biopalma da Amazônia S.A, porém, foram cancelados administrativamente pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA em 2017, a pedido da empresa. Ato contínuo, as duas áreas foram aglutinadas e cadastradas em nome da "empresa-mãe". Entra em cena a mineradora Vale S.A, detentora de 98% das ações da Biopalma da Amazônia S.A, de acordo com o último balanço patrimonial da companhia.

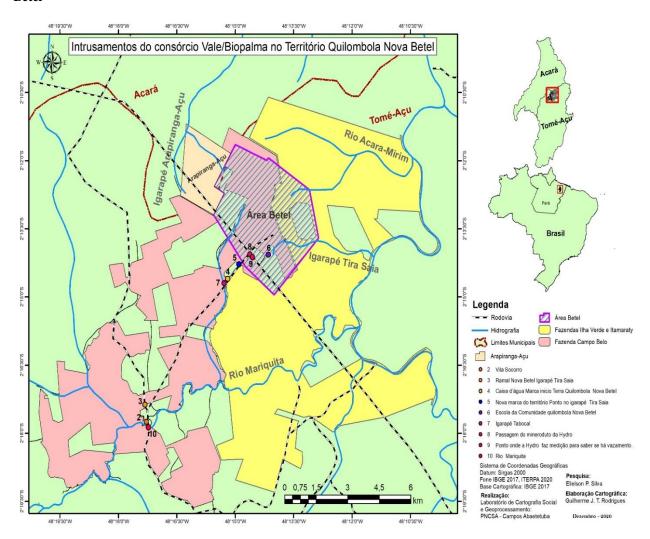
Se nos demais territórios presentes nos limites fronteiriços de Acará e Tomé-Açu, os funcionários e prepostos da Biopalma assumiram a condução da implantação do projeto, em Nova Betel, desde meados de 2006, quem exerceu a condução das práticas empresariais foram pessoas ligadas direta e indiretamente à Vale. Esse elemento contrasta com as outras situações concretas verificadas ao longo da

pesquisa realizada no epicentro da dendeicultura. Mais adiante os agentes sociais conjecturam acerca dessa insólita iniciativa.

Conforme registrado anteriormente, a Fazenda Ilha Verde – "Bloco Vale", corresponde a uma área de 8.104,07 hectares, decorrente da junção das fazendas Itamaraty e Ilha Verde, que iniciam às proximidades da Vila Socorro, margeiam o Rio Mariquita e são contíguas à Nova Betel178. Ao lado desse imóvel rural, está inserida a Fazenda Campo Belo – "Bloco Ver Cruz 01", registrada no SICAR/PA em nome da Biopalma da Amazônia S.A, com área de 5.828,91 hectares, sob o código 259 PA-1508001-06313490D74A43329D03E86D2B168350.

A referida fazenda está intrusada em 75% do território quilombola reivindicado. O cálculo da sobreposição foi efetuado comparando-se a delimitação concernente ao território etnicamente configurado com os registros constantes no cadastro ambiental, cotejados a partir do procedimento administrativo nº 1.23.000.002180/2018-41, em curso na Procuradoria da República do Pará, do Ministério Público Federal. Assim, dos 1.850 hectares concernentes ao território étnico, quase 1.400 hectares encontram-se açambarcados sub-repticiamente pela empresa de dendê.

Figura 29 - Intrusamento do consórcio Vale/Biopalma no território quilombola de Nova Betel



Fonte: PRPA/MPF, 2018; SICAR/PA, 2020; PNCSA, 2019.

PARTE IV. EXECUÇÃO DAS RECOMENDAÇOES DO INQUÉRITO: SEGUIMENTOS ENTRE 2018 E 2021.

A denúncia encaminhada pela AMAQCNB à Procuradoria que resultou no Inquérito Civil já mencionado determinou "Apurações" e estabeleceu os seguintes procedimentos em 10 de agosto de 2018.

- 1- Instaure-se Inquérito Civil tendo como objeto: "Apurar a atuação das empresas **HYDRO e BIOPALMA** em relação ao **território quilombola Nova Betel** e os impactos das atividades destas empresas no modo de vida (espacial e cultural) dos quilombolas";
- 2- Oficie-se a Cartografia Social da Amazônia PCSA para solicitar informações sobre eventuais trabalhos realizados sobre a CQ Nova Betel.
- 3- Oficie-se a Vara agrária de Castanhal solicitando informações sobre a existência de procedimento sobre os fatos narrados;
- 4- Requisite-se da ASSPA (Servidor César) visita "in loco" para fazer a plotagem da área da comunidade informando todas as suas coordenadas e localização do linhão e do mineroduto.
- 5- Requisite-se perícia antropológica para apurar os impactos das atividades das empresas HYDRO e BIOPALMA no **território quilombola Nova Betel**, em especial no modo de vida (espacial e cultural) da comunidade;
- 6- Oficie-se o INCRA para que informe quando pode realizar o trabalho de delimitação da poligonal da área pretendida, cadastramento das famílias e apresentar ao MPF o Relatório Técnico Simplificado do processo de demarcação quilombola;
- 7- Requisite-se ao Instituto Evandro Chagas a realização de trabalho técnico de análise de eventual contaminação por parte do mineroduto da empresa Hydro na área, bem como em razão das atividades da empresa BIOPALMA na referida comunidade quilombola;

Assim confere-se que foi instaurado o já mencionado Inquérito Civil nº **1.23.000.002180/2018-41**; procedeu-se a encaminhar o ofício ao PNCSA; a visita "in loco" para fazer a plotagem da área da comunidade foi feita, elaborando as coordenadas de localização do linhão e do mineroduto para o qual foi requisitado o Servidor César da ASSPA. Todavia, o Inquérito foi prorrogado pelo Despacho Nº 13.305/2019 de 17 de setembro de 2019 por mais um ano, (previsão para ser finalizado em 28 de agosto de 2020).

No ano 2019 a agenda teve ações diferenciadas. 1. Por iniciativa da Norsk Hydro foi convocada uma reunião na Comunidade Quilombolas Nova Betel, com representante dessa empresa. Os temas tratados foram educação e Meio Ambiente, data 19 d abril de 2019. A correspondência da Associação de Moradores Agricultores e Quilombolas da comunidade Nova Betel enviou ofício ao MPF informando da reunião e solicitava a presença do perito César.

2. Dois pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia estiveram em Nova Betel para realizar uma reunião preliminar para debater os lineamentos do trabalho de autocartografia em consonância com as problemáticas e

situacionalidade do conflito existente entre os quilombolas e as empresas Norsk Hydro e Biopalma. 3. O procurador Felipe de Moura Palha e Silva e a assessora Roselene Silva estiveram na comunidade Nova Betel no dia 05 de junho de 2019 com objetivo de "ouvir a comunidade em razão dos problemas que estão sofrendo pelos empreendimentos das empresas Hydro e Biopalma".

A partir da Memória extraem-se alguns pontos, que guardam relação com a continuidade, necessariamente com posicionamento crítico sobre a situacionalidade dos conflitos com as empresas. Os quilombolas realizaram breve revisão da formação dessa territorialidade específica. Nova Betel contava com 53 famílias, "sendo que 43 famílias são quilombolas e 10 famílias não se auto declaram, mas são agricultores". Descreviam o território intrusado pelas empresas e seus funcionários que "circulam dentro da área de Nova Betel, isso porque passam por lá mineroduto, linha de transmissão e também há uma plantação de dendê, sendo que nenhum benefício até hoje foi instituído em favor da Comunidade".

Os discursos dos quilombolas traziam a memória dos anos 2004-2005 quando a empresa VALE pagou, de acordo seus critérios e vontades, "indenizações individuais, e descreviam as "negociações" individuais. Em 2008 foi a vez da empresa Biopalma que comprou terras. Destacavam que na comunidade "cada família tem o seu lote com o mesmo tamanho, mesmo assim os valores eram diferentes, todo o dendê plantado está dentro do território quilombola, mas nunca foi levado em consideração a vontade da comunidade, não houve consulta sobre o dendê".

O terceiro argumento das falas da comunidade era avaliativo. "Depois da entrada das empresas na área a situação piorou, os igarapés foram assoreados, a terra ficou fraca, a mandioca apodrece, hoje quem planta vive praticamente só da pimenta, farinha e dendê".

As relações com a Nork Hydro e os projetos oferecidos começaram em 2012. A comunidade lhe foi apresentada o "Projeto SAF que tinha como uma das propostas a criação de frangos, chegou a dar assistência técnica, mas depois o projeto parou". Os contatos praticamente pararam embora estivesse esporadicamente para conferir seus interesses (como o estado físico do mineroduto). O contato foi retomado na reunião realizada em 23/04/2019²⁴, quando "a HYDRO com seus técnicos esteve na comunidade e dentro de 30 minutos falaram sobre educação ambiental, saúde e sexualidade. Também

²⁴ Depreendemos que houve mudança na reunião de 19 de abril de 2019 para a data aqui indicada.

trataram sobre eventuais projetos que gostaria de desenvolver na região. Os representantes da empresa anunciaram que uma empresa terceirizada (IZIS) iria verificar com "as famílias o projeto de geração de renda que querem implantar".

A comunidade fez a lista de suas demandas por infraestrutura local, isto é escola, posto médico, caixa d'água, inclusão digital, além de melhoria da estrada. No item geração de renda a Biopalma "abriu contrato para as famílias plantarem dendê, o projeto (arrendamento) prevê o plantio de 1.430 mudas que devem ser pagas no valor de 14 reais cada uma, com 3 anos as plantações começam a produzir, a cada 3 meses sai uma quantia para as pessoas que produziram. Se os quilombolas fizeram observações sobre o uso de agrotóxicos pela empresa foi um ponto morto.

As terras e a força de trabalho dos quilombolas de Nova Betel amarradas ao projeto da Biopalma e nessa posição continuam presos entre o mineroduto e a Biopalma. Lê-se a frase mais desesperada, eles solicitaram o "aproveitamento da mão de obra local pela empresa". As empresas responsáveis pelos megaempreendimentos agrominerais refazem as estratégias de espoliação e exploração.

No tempo da pandemia a Biopalma e a Norsk Hydro continuaram a cuidar dos seus projetos e os quilombolas, com pouco sucesso e muito esforço de tentar escapar da política de morte. Entrementes, novos eventos se sucederam nesse período, marcado pelo medo dos quilombolas em se expor a contaminação pelo coronavírus (SARS-Cov-2), e por uma relação diretamente proporcional entre o arrefecimento da ação dos órgãos de fiscalização e a suspensão de atividades de pesquisa em campo *versus* uma ofensiva de empresas dos agronegócios e da mineração sobre terras tradicionalmente ocupadas, em virtude da classificação das operações empresariais como "atividades essenciais".

Baseados em denúncias verbalizadas por agentes sociais da comunidade quilombola de Nova Betel , Silva e Córdoba (2020) registraram em junho de 2020 o intrusamento do território pela empresa ETEPA, por meio da tentativa de implantação da infraestrutura de um novo "linhão" que interligará a subestação Tomé-Açu à linha de transmissão de Vila do Conde, Barcarena. Alegando estarem apoiados pela Licença Prévia nº 1.758, emitida pela SEMAS em 08 de outubro de 2019, funcionários da estiveram na comunidade durante os primeiros meses da pandemia tentando negociar individualmente com oito quilombolas a assinatura de uma autorização para permitir a passagem do "linhão" em suas terras, mediante a oferta de pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em média. Além do assédio estar em desacordo com os preceitos da Convenção 169, da OIT, os representantes da empresa descumpriram os protocolos

sanitários, colocando em risco a saúde dos moradores que se encontravam isolados. A pressão continuada volta a se repetir em julho de 2021 quando a instalação das torres se aproxima concretamente de Nova Betel.

Em dezembro de 2020, o Sr. Cloves Matias comunicou aos pesquisadores por aplicativo de mensagens "um grande tráfego de máquinas da Sollo e da Hydro assim prejudicando os moradores e as crianças trabalhando sem máscaras". Para reforçar seu pedido de providências, robusteceu os argumentos com fotografias e um pequeno vídeo de 0:18 segundos. As imagens evidenciam a supressão de vegetação secundária às proximidades do "linhão" da Hydro, com o objetivo de possibilitar a substituição da estrutura do mineroduto da mesma empresa, cuja obra acelerou durante a pandemia do novo coronavírus, agravando as tensões e os conflitos sociais com os quilombolas.

Por outro lado, na tentativa de harmonizar coercivamente os antagonismos decorrentes nas relações entre os quilombolas e os megaempreendimentos que intrusam em seu território, tecnologias sociais de mediação social e de neutralização de conflitos vêm sendo reeditadas pelas empresas, em consonância com os manuais preconizados pelo Banco Mundial²⁵. Interessada na renovação do licenciamento ambiental do mineroduto e da linha de transmissão correspondente, a Norsk Hydro contratou a empresa Ecology Brasil para elaborar o "Estudo de Componente Quilombola" de várias comunidades ao longo do traçado de seus empreendimentos, dentre as quais, Jambuaçu e Nova Betel.

Por se tratar de território inserido juridicamente em "terras da União" e com processo de titulação coletiva em aberto no INCRA, o licenciamento dos empreendimentos estava em exame na Fundação Cultural Palmares, conforme previsto na Instrução Normativa nº 01, de 31 de outubro de 2018. No entanto, em 31 de maio de 2021, o Presidente da FCP decidiu revogar a referida norma, por meio da Portaria nº 118. Com isso, os processos em análise foram deslocados ao INCRA/Sede, em Brasília.

Essa coalizão de interesses entre aparatos de Estado e empresas culminou na realização de uma reunião em formato híbrido (presencial e virtual) no dia 17 de junho de 2021 entre a empresa Ecology Brasil, os quilombolas de Nova Betel e representantes da Norsk Hydro, sob comando da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ/INCRA). Quando a reunião já estava em andamento, os

²⁵ Ver **ToolKit-Ferramentas para desenvolvimento de Comunidades**, elaborado pela Divisão de Política de Mineração, Gás e Óleo do Grupo do Banco Mundial (BIRD), pelo ESMAP (Programa de Assistência à Gestão do Setor de Energia) e pelo International Council on Mining & Metals (ICMM), cuja versão preliminar foi traduzida para o português por iniciativa da mineradora Vale (NUNES, 2019, p. 50).

pesquisadores do PNCSA receberam um link da reunião repassado pela AMAQCNB, que solicitava nossa participação no evento como observadores críticos.

O objetivo declarado da reunião foi apresentar o plano de trabalho de elaboração do Estudo de Componente Quilombola da Comunidade Quilombola Nova Betel, visando a ulterior aprovação por parte dos quilombolas e a consequente autorização para o início dos trabalhos. Funcionários da Ecology Brasil instalaram um ponto de internet na Vila Betel para possibilitar a transmissão às pessoas que acompanhavam virtualmente²⁶. Estima-se a participação presencial de vinte quilombolas que se encontravam reunidos na antiga escola local.

Alguns aspectos dessa intervenção merecem ser destacados. Primeiramente, a apresentação lacônica de outros projetos "bem-sucedidos" conduzidos pela Ecology Brasil, cuja intenção era afirmar sua *expertise*. A empresa recorre a argumentos dóceis para se situar como instância mediadora entre os anseios represados da comunidade e a empresa Norsk Hydro, sua contratante. Referida estratégia discursiva manualizada em consonância com o ideário da "governança" – orientada pelo apagamento político dos conflitos mediante "consulta às partes interessadas" – , mira a esfera do desejo dos quilombolas, ao induzir que o ECQ se constitui como um meio de reparação e "mitigação de impactos" atuais e pretéritos incidentes no território. Adicionalmente se enuncia a possibilidade de que os próprios integrantes da comunidade possam ser contratados para colaborar com a construção do documento.

O posicionamento dos pesquisadores do PNCSA foi o de questionar criticamente os mecanismos de "participação" adotados pelo INCRA e pelas empresas, que se encontram em desacordo com os fundamentos da Convenção 169/OIT. Apontou-se, ademais, os efeitos sociais e ambientais cumulativos dos megaempreendimentos econômicos intrusados em Nova Betel; o descompasso entre a celeridade para licenciar os empreendimentos e a lentidão injustificada para reconhecer os direitos territoriais da comunidade quilombola; o cercamento do território, mais de 80% invadido por diferentes frentes de pressão; e os riscos sanitários inerentes a entrada de pessoas estranhas na vila. Por fim, recomendou-se aos quilombolas a não aquiescência aos interesses da Ecology Brasil. A despeito disso, o aceite foi concedido por unanimidade, precedido por

²⁶ Acompanharam a reunião pelo aplicativo Google Meet os senhores Érico Goulart (CGQ/INCRA), Eduardo Bustamante (Norsk Hydro), Ivan Telles (Ecology Brasil), Rafael Rodrigues (Ecology Brasil) e Elielson Silva (NAEA/UFPA/PNCSA.

apontamentos referidos ao acolhimento de sugestões e demandas a serem apresentadas por moradores de Nova Betel quando da elaboração do ECQ.

Em relação a necessidade de consentimento prévio, livre e informado, o posicionamento da Hydro verbalizado de maneira indireta pelo Sr. Ivan Telles, da Ecology Brasil, foi o de que se trata de empreendimentos em operação há muito tempo, quer dizer, seriam "fato consumado". A retórica intenciona driblar a observância da norma supralegal da qual o Brasil é signatário. Tão grave quanto isso é que na leitura da ata da reunião, cujo conteúdo não tivemos acesso, se fez menção a "consulta prévia, livre e informada", dando-se a entender que a reunião ocorrida em Nova Betel assim estaria caracterizada.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. Paper do NAEA/UFPA, 153, outubro de 2000.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Estratégias dos Quilombolas de Jambuaçu e Projetos da VALE S.A. no Moju, Pará. In. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios quilombolas e conflitos. Caderno de Debates Nova Cartografia Social. Manaus, UEA, 2010. (p. 49-61).

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Histoire sociale des systèmes agraires das la vallée du Tocantins- Etat du Pará-Brésil: colonisation européenne dans la deuxiéme moitié du XVIIIe siècle et la première moitié du XIXe siècke, Tese de Doutorado. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1998

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. O sistema agrário do Vale do Tocantins Colonial: Agricultura para consumo e para exportação. In. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, EDUC, Nº 18, maio 1999. P. 237- 260.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Quilombolas do Território de Jambuaçu (PA) em situação de conflitualidade com a Hydro/Mineração Paragominas S/A e a Ideologia da Harmonia. In. ALMEIDA, A. W. B. de. et al. (organizador) Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas/ Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida et al. – 1. Ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. & ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. (coords) Nova Cartografia Social de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Quilombolas de Jambuaçu-Moju. Pará, Fascículo 3, PNCSA, Brasília, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, ANPUR. Maio, 2004 (9-32).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", "faxinais e fundos de pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. 2ª Ed. Manaus, PGSCA –UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *In* GODOI, Emília Pietrafesa de *et al* (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo, Editora UNESP; Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.39-66.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos e as novas etnias. Manaus, UEA Edições, 2011.

CARVALHO, Ana Cláudia Alves de. As metamorfoses do trabalho e no espaço a partir da dendeicultura em Tomé-Açu (PA): estudo de caso na Vila Forquilha / Ana Cláudia Alves de Carvalho. - 2016.

CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra et al. (orgs.) Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias Organizado por Iracema Maria Castro Coimbra Cordeiro, Lívia Gabrig Turbay Rangel-Vasconcelos, Gustavo Schwartz, Francisco de Assis Oliveira - Belém: EDUFRA, 2017. 323p.: il.

FONSECA, Haydée Borges Quilombolas de Jambuaçu: seus saberes e educação como fator de politização e identidade. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

FONSECA, Anderson Nunes. Geografia da injustiça ambiental: impactos socioambientais sobre os recursos hídricos do território quilombola de Jambuaçu, Moju (PA). 2010. 88 f.: Monografia (Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia. In. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 1, nº 1, p. 2 – 27. jan./jun. 2009.

PEREIRA, Carmela Morena Zigoni. Conflitos e identidades do passado e do presente: política e tradição em um quilombo na Amazônia. 130 f. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARA/CASTANHAL CÍVEL - TUTELA COLETIVA. Inquérito Civil Nº 1.23.000.002180/2018-41. Volume I.

PUERTA SILVA, Claudia Patricia. El proyecto del Cerrejón: un espacio relacional para los indígenas wayuu, la empresa minera y el Estado colombiano. Boletín de Antropología Universidad de Antioquia, vol. 24, núm. 41, 2010, pp. 149-179. Universidad de Antioquia.

SILVA, Elielson Pereira da. Necrosaber e regimes de veridição: governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia / Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2020. 382 f. : Tese (Doutorado).

SILVA, E. P. da.; CORDOBA, D. Indigenous and Afro-Brazilian lands are under greater threat in Brazil during COVID-19. Disponível em: http://theconversation.com/indigenous-and-afro-brazilian-lands-are-under-greater-threat-in-brazil-during-covid-19-13964>. Acesso em: 17 jul. 2021.

TAFNER JÚNIOR, Armando Wilson. Cooperativismo como arranjo produtivo local: A contribuição da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu para a sustentabilidade na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

COMUNIDADE QUILOMBOLA NOVA BETEL

Município de Tomé -Açu

Levantamento de pontos de GPS

Data: 02/junho/2019

Pesquisadores: Rosa Acevedo e Elielson Pereira da Silva

Ponto	Descrição	Foto (s)
S 02° 25'.15.4'' W 048° 14'.50.9'' Elev. 4 m. Horário: 9.03	Quatro Bocas Na Frente da CAMTA Do lado do Banco do Brasil Estrada para Vila Betel	
S 02° 17'.45.0'' W 048° 17'.16.9'' Elev. 19 m	Vila Socorro	
S 02° 17'.22.5'' W 048° 17.19.1'' Elev. 21m	Ramal Nova Betel Igarapé Tira Saia	

S 02° 14'.36.1'' W048° 15'.11.8'' Elev. 30 m.	Caixa d'água Marca inicio Terra Quilombola Nova Betel	
S 02° 14'.16.9'' W 048° 14'.54.4'' Elev. 46 m.	Nova marca do território Ponto no igarapé Tira Saia	TERRITORIO CALIDO MISQUE A CAMPANA E HOURANDO
S 02° 14'.04.4'' W 048° 14'.09.1'' Elev. 48 m.	Escola da Comunidade quilombola Nova Betel	
S 02° 14'.41.8'' W 048° 15'.17.2'' Elev. 20 m.	Igarapé Tabocal	
S 02° 14'.03.7'' W 048° 14'.37.4'' Elev. 47 m.	Passagem do mineroduto da Hydro	

S 02° 14'.07.4'' W 048° 14'.33.7'' Elev.	Ponto onde a Hydro faz medição para saber se há vazamento.	
S 02° 17.52.3'' W 048° 17.13.9'' Elev. 17m.	Rio Mariquita	

PR-PA-00045101/2018



Ofício Nº 5422/2018 - GABPR3-FMPS

Belém/PA, 24 de setembro de 2018.

A Sua Senhoria a Senhora

ROSA ELISABETH ACEVEDO MARIN

Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Av. Perimetral, Numero 1 - Guamá, Belém - PA,

Cep: 66075-750 55

Ref. IC nº 1.23.000.002180/2018-41

Senhora Pesquisadora,

Ao cumprimentá-la, informo que tramita nesta Procuradoria da República o inquérito civil referenciado, que trata de denúncias feita pela Associação de Moradores Agricultores e Quilombolas da Comunidade Nova Betel, Distrito de Quatro Bocas, Tomé Açú/PA, de que estão tendo seus direitos violados em decorrência das atividades das empresas HYDRO e BIOPALMA dentro do seu território.

Considerando a relevante contribuição do PNCSA junto às Comunidades Quilombolas, solicitamos informações sobre eventuais trabalhos realizados sobre a referida CQ Nova Betel.

Atenciosamente,

PROCURADORIA DA REPÚBLICA

NO PARÁ

-Assinatura Eletrônica-FELIPE DE MOURA PALHA E SILVA Procurador da República

MPF Ministério Público Federal

Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1476, Ed. Evolution, Bairro Umarizal